

ESCRITÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT) foi estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 97-1, de 29 de janeiro de 1997. Assessora a Secretaria-Geral em todos os aspectos relacionados com ciência e tecnologia. Suas funções e responsabilidades são: fortalecer a capacidade técnica e os programas que tenham um componente científico e/ou tecnológico; apoiar os Estados membros na área de sua competência; cooperar com as atividades da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e apoiá-las; facilitar o intercâmbio e a divulgação de informações especializadas; e coordenar os Prêmios Interamericanos em sua especialidade.

Política e divulgação

O Escritório de Ciência e Tecnologia, na qualidade de Secretaria Técnica de vários órgãos políticos e técnicos da região, continuou a proporcionar assessoramento técnico permanente em ciência e tecnologia a instituições nacionais, entidades regionais e órgãos internos da OEA, inclusive a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), a Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) e outros. Este assessoramento abrange os seguintes aspectos, relacionados com a formulação e implementação de políticas científicas e tecnológicas: desenho, exame e avaliação de propostas de projetos e atividades que promovam o desenvolvimento da divulgação e popularização da ciência, da tecnologia e da inovação nas Américas, como seminários, *workshops* e conferências de peritos na questão.

No mês de abril, o ECT participou da organização do programa técnico para o *workshop* regional “Indicadores em Biotecnologia”, realizado em outubro na Universidade Técnica de Ambato, Equador. O resultante estudo metodológico, o primeiro a realizar-se no Hemisfério Ocidental, foi solicitado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras organizações atualmente envolvidas no desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Em junho, o ECT participou da Décima Conferência Científica do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) em Santo Domingo, República Dominicana, em coordenação com a Secretaria de Estado de Educação Superior, Ciência e Tecnologia desse país. Esta reunião realizou-se no quadro da Décima Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, para a qual o ECT preparou e apresentou um documento sobre o incremento da competitividade e da produtividade das pequenas e médias empresas mediante o uso de tecnologias limpas.

A convite do Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil, o ECT fez-se representar na ALCUE – Conferência Ministerial sobre Ciência e Tecnologia, na qualidade de observador. Esse encontro teve lugar em março, em Brasília, onde ministros e altas autoridades de ciência e tecnologia da América Latina, do Caribe e da União Européia discutiram várias possibilidades de cooperação mútua nessa área. O responsável pelo ECT reuniu-se separadamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil e com a Vice-Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para coordenar atividades conjuntas de cooperação.

Na qualidade de Secretaria Técnica da próxima Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia do Hemisfério, o ECT continua a desenvolver atividades de coordenação, especialmente as relacionadas com a preparação de documentos de referência em áreas prioritárias para o Continente e que facilitem a formulação do Plano de Ação de Ciência e Tecnologia para os próximos anos. No quadro

preparatório dessa reunião, o Escritório está organizando, juntamente com a Universidade George Washington, uma conferência cujos documentos poderão ser posteriormente analisados e enriquecidos em seu conteúdo e distribuídos aos conselhos nacionais de ciência e tecnologia da região.

De forma semelhante, o ECT participou do *Workshop* de Reflexão: Indicadores e Novas Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina, realizada em julho em São Paulo, onde se fez uma apresentação sobre a contribuição da OEA à Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICyT) Ibero-Americana/Interamericana, destacando o papel da Organização no desenvolvimento dessa rede, que foi mencionada especificamente na Cúpula de Québec.

O ECT também participou como observador da Assembléia Geral do Conselho Internacional de Associações Científicas (ICSU) em outubro, no Rio de Janeiro.

Além disso, o ECT financiou a publicação e distribuição, em formato impresso e eletrônico, de várias publicações, inclusive o Boletim do Programa Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico (MERCOCYT) e o Boletim do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM). Ademais, financiou a publicação dos livros *Metrology for non-Metrologists* e *Programa Interamericano de Cooperación em Tecnologías Ambientales en Sectores Clave de la Industria*. Por meio da página do ECT na Internet, deram-se a conhecer igualmente outras publicações e trabalhos realizados em períodos anteriores. Do mesmo modo, obedecendo à política de divulgação da OEA, especialistas do ECT concederam entrevistas a uma correspondente da revista americana *Nature Magazine*, a fim de promover atividades que a Organização vem desenvolvendo na região no campo da ciência e tecnologia.

Alianças com outras instituições e organismos internacionais

O ECT entabulou negociações com doadores prospectivos de países observadores. No mês de abril, especialistas do Escritório estiveram reunidos com representantes da *Physikalisch-Technische Bundesanstalt (PTB)* alemã, com a finalidade de estabelecer bases de cooperação no campo da metrologia e credenciamento, e definir as diretrizes para um acordo de apoio financeiro por um prazo de três anos. No mesmo mês, peritos do ECT encontraram-se com representantes da Corporação de Pesquisa Tecnológica (INTEC) chilena para examinar possibilidades de cooperação futura em várias áreas.

O ECT colabora estreitamente com o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) para coordenar um programa de bolsas de estudo conjuntamente com a AICD, com aplicação em jornadas regionais. Como resultado dessas jornadas, financiou-se a participação de 30 bolsistas provenientes da Colômbia, Bolívia e Guatemala para analisar temas relacionados à problemática da água, ao uso da energia eólica e a biomateriais de interesse para a saúde humana. Há esforços em curso para repetir esta experiência em 2003, com outros temas prioritários. Além disso, com a colaboração da Divisão de Bolsas de Estudo da AICD, continua-se a cooperar na avaliação de solicitações de bolsistas para o Programa Ordinário de Treinamento (PRA) e o Programa Especial de Bolsas de Estudo para o Caribe (SPECRAF).

O ECT está participando da preparação de um Acordo de Cooperação entre a OEA, o CYTED, a Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Convênio Andrés Bello (CAB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI). O acordo encontra-se em processo de aprovação pelos vários organismos internacionais participantes. Sua finalidade é formar um Observatório Regional de Ciência e Tecnologia, tema que consta expressamente do Plano de Ação da Cúpula das Américas realizada em Québec.

Serviços tecnológicos

Além dos esforços de cooperação em metrologia com o governo alemão, o ECT apóia o desenvolvimento de institutos nacionais de metrologia (INMs) dos 34 Estados membros, sobretudo nas quatro sub-regiões (andina — ANDIMET, centro-americana — CAMET, caribenha — CARIMET e do MERCOSUL — SURAMET). Para tanto, conta com a colaboração dos INMs mais avançados da região, em especial para ministrar cursos e treinamento específico para o pessoal dos institutos das várias sub-regiões que formam o Sistema Interamericano de Metrologia (SIM). Da mesma forma, continuou-se a apoiar o desenvolvimento de exercícios de comparação de padrões de metrologia física, química e legal, e deu-se apoio aos INMs da região com assessoramento e assistência técnica requerida e com apresentações sobre vários temas correlatos de interesse.

Em maio e julho realizaram-se dois seminários, ambos sobre o Impacto Econômico da Metrologia. O primeiro, que teve lugar em El Salvador, visava o grupo de países da América Central, enquanto o segundo, realizado em Trinidad e Tobago, voltava-se para o grupo do Caribe. Ambos tinham por fim contribuir para o desenvolvimento dos INMs das respectivas sub-regiões. Da mesma forma, manteve-se um programa de capacitação de recursos humanos para as diversas sub-regiões do SIM. Em outubro, realizou-se a Oitava Assembléia Geral do SIM que contou com a participação de 26 INMs das cinco sub-regiões onde se acham os 34 Estados membros da OEA. Também em outubro, levou-se a cabo a Sétima Reunião Anual da Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), onde se aprovou a nova estrutura organizacional da referida instituição e se apresentou o projeto que está sendo apoiado pela OEA e ao qual o ECT dá seguimento.

Ainda em outubro, o ECT participou ativamente da organização de um *workshop* itinerante que se realizou no Chile, Peru e Colômbia. O *workshop* relacionava-se com o chamado Protocolo de Biossegurança, aprovado em Montreal em 2000, como uma forma de colaborar com os países na implantação do referido Protocolo com vistas à introdução transfronteiriça de plantas e outros organismos vivos.

Conectividade e tecnologia da informação e da comunicação

O ECT, por meio da Rede Hemisférica Interuniversitária de Informação Científica e Tecnológica (RedHUCyT), proporciona permanente assistência técnica aos Estados membros que a solicitam, a fim de promover redes especializadas de informação como, por exemplo, a Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia Ibero-Americana/Interamericana (RICYT), a Rede de Química (RELAQ) e a Rede de Informação Científica e Tecnológica (INFOCYT). Da mesma forma, atualizam-se periodicamente as estatísticas da região disponíveis no portal na Internet. Este esforço é realizado com o objetivo de facilitar a divulgação de informações científicas e tecnológicas. Do mesmo modo, o ECT continua desenvolvendo seu portal na Internet e atualizando as páginas espelho dessas redes, bem como as páginas espelho do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), do Sistema Multinacional de Informação Especializada em Biotecnologia e Tecnologia de Alimentos para a América Latina e o Caribe (SIMBIOSIS), da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) e da Gestão de Qualidade na Pequena e Média Empresa (OEA/GTZ), entre outras. O Portal OcyT mostra uma série de publicações em diversas de suas áreas prioritárias de trabalho e pode ser consultado no endereço <http://www.science.oas.org/espanol/default.htm>.

Em junho, o ECT participou da Reunião Anual do *Co-ordinating Committee for Intercontinental Research Networking (CCIRN)*, organizada pela *National Science Foundation* dos Estados Unidos. Nessa reunião, o ECT apresentou os últimos avanços da América Latina e do Caribe na área da conectividade aos numerosos participantes, que representavam países da Ásia, Europa e América do Norte.

UNIDADE DE COMÉRCIO

A Unidade de Comércio (UC) foi criada mediante a Ordem Executiva N° 95-4, de 3 de abril de 1995. Seu objetivo básico é prestar apoio aos Estados membros em matéria de comércio, inclusive nas tarefas atribuídas à OEA na Terceira Cúpula das Américas, relativas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). São suas funções: prestar apoio técnico à Comissão Especial de Comércio (CEC); estudar os vários aspectos das relações comerciais hemisféricas; assegurar a efetiva coordenação com organizações regionais e sub-regionais de integração; e fortalecer os sistemas de informação sobre comércio.

Em seu Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado em Bridgetown, (Barbados), a Assembléia Geral reafirmou, mediante a resolução AG/RES. 1861 (XXXII-O/02), “Comércio e integração nas Américas”, o compromisso da OEA de apoiar o processo de livre comércio e integração econômica no Hemisfério.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

No período abrangido por este relatório, a Unidade de Comércio prestou assistência aos Estados membros nas três instâncias do processo da ALCA: as reuniões dos grupos de negociação da ALCA; a Sétima Reunião Ministerial de Comércio realizada em Quito, Equador, em 1º de novembro; e as três reuniões vice-ministeriais realizadas respectivamente na ilha de Margarita, Venezuela; em maio; em Santo Domingo, República Dominicana, em agosto; e em Quito, Equador, em outubro.

Estas atividades foram coordenadas com as outras instituições que integram o Comitê Tripartido (CT) juntamente com a OEA: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). No período preparatório anterior à Reunião Ministerial de Quito, coube à OEA coordenar o CT, atividade iniciada em julho de 2002, conforme o período semestral de rotatividade.

O trabalho de apoio aos grupos realizado pela Unidade de Comércio, que girou em torno do referido mandato dos grupos de negociação, incluiu atividades de compilação, estudos, análises e tarefas de assistência técnica solicitadas pelos mesmos.

Na Declaração de Quito, os Ministros formularam várias solicitações concretas ao Comitê Tripartido, a saber: 1. que o Comitê Tripartido e o Grupo Consultivo de Economias Menores continuem apoiando o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), para que este prepare um relatório sobre o progresso alcançado no tratamento que se dá às diferenças nos níveis de desenvolvimento e no tamanho das economias em cada um dos grupos de negociação; 2. que o CNC, com o apoio do Comitê Tripartido, facilite a realização de reuniões do Grupo Consultivo de Economias Menores (GCEM) para as quais se convidem funcionários envolvidos com as áreas de desenvolvimento e finanças, instituições financeiras internacionais, organismos internacionais e entidades privadas interessadas, a fim de analisar o financiamento e a implementação do Programa de Cooperação Hemisférica (PCH).

Neste período, a Unidade de Comércio continuou a apoiar sete dos 10 grupos de negociação, a saber: Investimento; Serviços, Direitos de Propriedade Intelectual; Subsídios; *Antidumping* e Direitos Compensatórios; Política de Concorrência; e Solução de Divergências. A Unidade também prestou assistência em relação ao tema Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio, do Grupo de Acesso a Mercados. Também se prestaram vários tipos de assessoramento: sobre Economias Menores à Comissão

Técnica de Assuntos Industriais e ao Grupo Consultivo; sobre a Participação da Sociedade Civil à Comissão de Representantes Governamentais, à Comissão Conjunta de Peritos dos Setores Público e Privado do Comércio Eletrônico; e sobre Administração e Orçamento ao subcomitê do CNC.

Além disso, o Comitê Tripartido continuou a atender a solicitações específicas apresentadas pelos Ministros nas declarações ministeriais de Toronto e Buenos Aires.

Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE)

O Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE) tem por objetivo proporcionar, nos quatro idiomas oficiais da OEA, informações atualizadas e completas sobre comércio no Hemisfério. Desde que o SICE foi transformado em página da Internet (www.sice.oas.org), o número de usuários aumentou regularmente, até totalizar 1.053.174 visitas no ano de 2002.

O SICE dispõe de documentos relativos aos seguintes assuntos: o Processo da ALCA; acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; propriedade intelectual; arbitragem comercial; instituições vinculadas ao comércio; informações gerais sobre os países; empresas e câmaras de comércio; e dados quantitativos, incluindo fluxos de comércio, tarifas e preços. O conteúdo completo do *site* está agora à venda em forma de CD-ROM.

Graças ao apoio do SICE, e em conjunto com a Secretaria Administrativa da ALCA, lançou-se em 1º de maio de 1999 o Serviço de Distribuição de Documentos (DDS) da ALCA. Este serviço permite o acesso restrito a documentos gerados no processo de negociação da ALCA. O número de documentos disponíveis no *site* aumentou em proporção geométrica de 1999 a 2002. O número de documentos disponíveis, que inicialmente era 598, já superava 23.000 em fins de 2002.

Da mesma forma, como parte dos mandatos recebidos na reunião ministerial de novembro de 1999 em Toronto, a Unidade de Comércio-SICE, como membro do Comitê Tripartido, responde pela manutenção de um calendário atualizado com os prazos fixados pelos grupos de negociação para receber contribuições das delegações.

Cooperação interinstitucional

No quadro do Comitê Tripartido, a Unidade de Comércio continua trabalhando em estreita cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para dar apoio às distintas instâncias da ALCA. Além disso, trabalhou em projetos específicos com outras instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e organismos sub-regionais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Secretaria Permanente do Tratado de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA), a Comunidade Andina, o Mecanismo de Negociações Regionais da CARICOM e o MERCOSUL.

Cooperação técnica

Em cumprimento aos mandatos recebidos, deu-se ênfase, neste período, às tarefas de assistência técnica. Para muitos países da região, particularmente as economias menores, esse tipo de atividade é importante para facilitar sua participação ativa nas negociações comerciais em curso e fortalecer sua capacidade de implementar seus resultados.

Funcionários da Unidade de Comércio colaboraram com os Estados membros atendendo a solicitações de assistência em projetos específicos na área do comércio e integração, ao mesmo tempo que participavam de seminários, *workshops* de trabalho e conferências a que foram convidados como peritos.

A partir do último trimestre de 2002, a Unidade de Comércio prestou assistência técnica ao Governo de El Salvador, colaborando com a formulação de seu Plano de Ação Nacional para o Desenvolvimento de Capacidade em Matéria Comercial. Este Plano está sendo elaborado para definir, priorizar e coordenar as necessidades desse país no tocante ao desenvolvimento de capacidades no contexto do processo de negociação do Tratado de Livre Comércio Estados Unidos – América Central (TLC-USA-CA). Ademais, dentro desse processo de negociação a Unidade de Comércio participou ativamente do componente de cooperação, como membro do grupo coordenador juntamente com o BID e a CEPAL, e também como membro do Comitê de Doadores na América Central.

Em matéria de assistência técnica, o fator central foi o programa Comércio e Integração nas Américas: Programa de Capacitação Avançada para Funcionários Governamentais, financiado pela AICD e patrocinado por um Estado membro. Dentro deste programa, realizaram-se os seminários e oficinas que se seguem, em nível multilateral e sub-regional.

- Em fevereiro de 2002, sob o patrocínio de Trinidad e Tobago, realizou-se o *workshop* sobre Serviços para Funcionários Governamentais na Cidade da Guatemala. No decorrer do *workshop*, divulgaram-se e trocaram-se informações com funcionários públicos da América Central, México e República Dominicana sobre o processo da ALCA e, em particular, sobre o comércio de serviços no contexto das negociações da OMC e da ALCA.
- Em maio, realizou-se em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, a conferência Desenvolvimento das Capacidades em Matéria de Comércio: O Enfoque nas Américas. Conferência e *Workshop* de Doadores, organizada pelo Governo de Trinidad e Tobago juntamente com a OEA, o BID e a CEPAL. Os doadores discutiram suas estratégias e objetivos para o desenvolvimento de capacidades em matéria de comércio para as Américas.
- Em junho de 2002, pelo quinto ano consecutivo, organizou-se o Curso Avançado de Capacitação para Funcionários Governamentais sobre Enfoques Comerciais Multilaterais e Regionais para as Américas. Nos últimos cinco anos, este curso tem sido o ponto focal adotado pela OEA para atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de comércio, com ênfase especial nas economias menores. O curso foi coordenado em conjunto com a OMC e a Universidade de Georgetown (Washington D.C). Este ano o curso foi ministrado em inglês e contou com financiamento do Governo dos Estados Unidos e da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).
- Em junho e novembro, com o patrocínio de Trinidad e Tobago, realizaram-se três reuniões da Rede de Pesquisa sobre Comércio nas Américas (NetAméricas) em Washington. A primeira, intitulada Desafios de Questões Fundamentais para os Acordos Comerciais Modernos, teve por objetivo trocar pontos de vista sobre questões de fundo relativas às negociações comerciais multilaterais e regionais. A segunda, que foi a Terceira Reunião do Comitê Coordenador da NetAméricas, contribuiu para a análise da composição dos membros da rede e aprovou os palestrantes e a alocação do orçamento para a conferência anual Integração das Américas. Em novembro, realizou-se a Conferência Integração das Américas. As intervenções e outros materiais de interesse podem ser consultados no endereço <http://www.netamericas.net>.

Seminários, oficinas e publicações

O seminário O Programa de Doha para o Desenvolvimento e o Processo da ALCA: o Desafio do Desenvolvimento de Capacidades em Matéria de Comércio realizou-se em Washington D.C, em fevereiro de 2002. Foi organizado pela Unidade de Comércio a fim de informar as missões junto à OEA e especialistas em comércio sobre os avanços do processo da ALCA e suas interconexões, em particular com relação à Agenda de Desenvolvimento de Doha e ao processo da ALCA. Este seminário teve a participação do Senhor Mike Moore, Diretor-Geral da OMC, e do Senhor Miguel Rodríguez Mendoza, Diretor-Geral Adjunto, bem como do Senhor Peter Allgeier, Subsecretário do Comércio dos Estados Unidos.

Em fevereiro de 2002 realizou-se em Panajachel, Guatemala, um Seminário sobre a ALCA e a OMC: Implicações e Desafios para as Economias Pequenas do Hemisfério. Esta oficina foi co-patrocinada pela OEA, pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (IDRC), pela Rede Latino-Americana de Comércio Internacional (LATN) e pelo Banco Mundial.

Também em fevereiro de 2002, realizou-se na Jamaica um *Workshop* sobre Investimentos, organizado pela Unidade de Comércio e pela Corporação de Promoções da Jamaica (JAMPRO) e financiado pela Iniciativa de Investimento da Bacia do Caribe (CRII). O objetivo desse encontro foi divulgar e trocar informações entre funcionários do Governo da Jamaica sobre o processo da ALCA, em particular sobre investimentos.

Em fevereiro, agosto, setembro e outubro de 2002, tiveram lugar quatro *workshops* sobre serviços e investimento. Os dois primeiros realizaram-se na República Dominicana, ambos organizados pelo governo. O primeiro intitulou-se *Workshop* de Serviços sobre Modalidades e Procedimentos para as Negociações de Serviços, e proporcionou a mais de 20 funcionários da área de serviços uma ocasião para discutir temas centrais relacionados com o comércio de serviços e a liberalização de serviços no contexto das negociações da OMC e da ALCA. O segundo foi um *workshop* intensivo sobre serviços e investimentos. O terceiro, em setembro, realizou-se em El Salvador com o título Os Serviços Financeiros e as Negociações Comerciais Internacionais sobre Serviços. Foi co-patrocinado pela OEA e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O quarto *workshop*, realizado em Lima, ofereceu treinamento intensivo sobre investimento e foi co-patrocinado pela OEA, pela OMC, pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e pelo Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL).

Em abril de 2002, teve lugar um Seminário Nacional sobre a ALCA na cidade de Belmopan, Belize, co-patrocinado pelo Centro de Políticas e Direito Comercial (Canadá) e pela instituição Maquinaria de Negociações Regionais do Caribe (CRNM).

Em maio de 2002, a Unidade de Comércio e a CEPAL organizaram a conferência Cooperação Hemisférica sobre Políticas de Concorrência, para facilitar a troca de pontos de vista entre representantes governamentais e acadêmicos de alto nível sobre questões fundamentais para os países do Hemisfério ocidental, especificamente para estabelecer mecanismos de cooperação transfronteiriça na área das políticas de concorrência.

Em julho de 2002, a Unidade de Comércio organizou, em conjunto com a CRNM e os Embaixadores que serviam em Washington D.C, um seminário sobre o futuro empresarial do Caribe na ALCA.

Em outubro de 2002, publicaram-se os seguintes estudos na série *Estudios de la Unidad de Comercio: Can Regional Liberalization of Services Go Further than Multilateral Liberalization under the GATS?* de

Sherry Stephenson, e *Proliferation of Sub-Regional Trade Agreements in the Americas: An Assessment of Key Analytical and Policy Issues*, de José M. Salazar-Xirinachs.

A Comissão Especial de Comércio (CEC) e seu Grupo Assessor

A CEC e seu Grupo Assessor não se reuniram em 2002. Em conseqüência, a Unidade de Comércio não deu apoio a esses órgãos. A Assembléia Geral, em seu Trigésimo Período Ordinário de Sessões, realizado em Windsor, decidiu “aceitar a recomendação do Presidente da Comissão Especial de Comércio (CEC), com base em suas consultas com os Estados membros da CEC, de manter o *status quo*, ou seja, manter a existência da CEC sem convocar a Comissão”.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE) foi criada mediante a Ordem Executiva Nº 96-5, de junho de 1996. Seu objetivo é prestar apoio técnico e operacional aos Estados membros e aos órgãos dirigentes da OEA nas seguintes áreas: fortalecimento dos sistemas educacionais; promoção de oportunidades de emprego e capacitação para o trabalho; formulação de políticas públicas e estratégias de ação orientadas para o combate à pobreza e à discriminação. Para alcançar esse objetivo, a Unidade realiza e coordena estudos e pesquisas, dedica-se ao intercâmbio de informações e experiências, promove atividades de formação de recursos humanos e apóia iniciativas para fomentar a ação cooperativa entre países, entre agências internacionais de cooperação e desenvolvimento, e entre instituições governamentais e não-governamentais em matéria de formulação de políticas de desenvolvimento social, educação, cultura e emprego.

No decorrer de 2002, prosseguiu um intenso programa de apoio técnico e operacional aos foros políticos da OEA, bem como de assessoramento e fortalecimento da cooperação interamericana nas áreas da educação, emprego, desenvolvimento social e cultura. As prioridades da Unidade concentraram-se no seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas, da Assembléia Geral e do CIDI. A fim de cumprir esses mandatos, a Unidade trabalhou em estreita colaboração com outras agências do Sistema Interamericano, outros organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento, entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

Desenvolvimento social e superação da pobreza

Manteve-se o apoio prestado pela Unidade enquanto Secretaria Técnica da Rede Social da América Latina e do Caribe. Nesta qualidade, cabe-lhe administrar o fundo voluntário da Rede e facilitar a realização da conferência anual, de seminários e estágios previstos no plano de trabalho 2002 da Rede. De 4 a 6 de dezembro, realizou-se em Assunção, Paraguai, a IX Conferência Anual da Rede Social, organizada pela Rede Social, pela Secretaria de Ação Social do Paraguai e pela OEA. Nesta reunião, aprovaram-se o Plano de Trabalho 2003 da Rede e a Declaração de Assunção. Nesse período, organizaram-se os três seminários seguintes: Reunião Extraordinária da Rede Social da América Latina e do Caribe, de 30 de janeiro a 1º de fevereiro, em Cartagena das Índias, Colômbia; Seminário sobre Políticas Sociais e Descentralização, de 18 a 21 de março, em La Paz, Bolívia; e A Política Social Hoje – Novas Perspectivas da América Latina e do Caribe, de 16 a 18 de outubro, na Cidade do México.

Nos termos de um acordo assinado com o BID, a UDSE atua como entidade executora do Programa Intra-Regional de Estágios entre as instituições membros da Rede Social. No quadro desse programa, a UDSE organizou, juntamente com o Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES), do BID, o Seminário de Gerência Social para Diretores dos Fundos de Investimento Social Membros da Rede Social, que se realizou de 19 a 23 de agosto na sede do INDES em Washington, D.C.

Em conformidade com o disposto na resolução AG/RES. 1854 (XXXII-O/02) “Pobreza, equidade e inclusão social”, a UDSE deu apoio à Subcomissão de Políticas e Programas de Cooperação Solidária da CEPIDI no processo preparatório à realização do Foro Interamericano sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, previsto para 20 a 22 de novembro em Caracas, Venezuela.

Acompanhando as diretrizes da Terceira Cúpula das Américas, da Carta Democrática Interamericana, da Declaração contra a Violência assinada pelos Ministros da Educação na Segunda Reunião de Ministros no quadro do CIDI e do mandato específico constante da resolução AG/RES. 1869 (XXXII-O/02) “Promoção da cultura democrática” — em que se solicita à USDE que realize um estudo sobre a inclusão de valores e princípios democráticos nos programas educativos dos Estados membros — a Unidade iniciou uma pesquisa sobre este assunto. Discriminam-se a seguir os seus resultados.

- Elaboração de um projeto de pesquisa intitulado *Strengthening Democracy in the Americas: Values, Citizenship and Education*, que recebeu da Missão Permanente dos Estados Unidos junto à OEA um subsídio que permitirá executá-lo em 2002-03.
- A fim de realizar a pesquisa mencionada no parágrafo anterior, formalização de um acordo de colaboração com a Diretora do Projeto Internacional de Educação Cívica da Associação Internacional para a Avaliação do Rendimento Escolar (IEA), que, juntamente com outros profissionais, dará apoio técnico ao projeto da OEA.
- Realização da Primeira Reunião da Comissão Assessora do Projeto na sede da OEA, em 7 de maio. A partir de uma análise do projeto da OEA, a Comissão apresentou toda uma orientação para executá-lo.
- Elaboração da primeira versão do estudo, que será submetido à consideração da Segunda Reunião da Comissão Assessora, a realizar-se no primeiro trimestre de 2003.

Complementarmente, a UDSE está realizando uma consulta continental para identificar os programas consolidados sobre educação para a democracia e valores cívicos vigentes nos vários Estados membros, por meio da estratégia de cooperação horizontal desenvolvida por meio da Carteira Permanente de Programas Consolidados.

Elaborou-se o documento *Melhores Práticas no Desenvolvimento Social: Experiências dos Fundos de Investimento Social*, que incorpora e sistematiza informações sobre programas desenvolvidos pelos fundos de investimento social do hemisfério nas áreas de: 1. execução de políticas sociais; 2. participação comunitária; 3. programas dirigidos a grupos vulneráveis; e 4. programas de emprego e geração de renda. As atividades de cooperação horizontal na área do desenvolvimento social em planejamento para 2003 baseiam-se nas experiências compiladas neste documento.

Em conjunto com a AICD, a USDE elaborou uma proposta para atender ao mandato da resolução AG/RES. 1865 (XXXII-O/02 “Seguimento da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento”, em que se convocam os Estados membros a buscarem mecanismos para transformar os compromissos da comunidade doadora internacional em ações concretas que se somem aos esforços nacionais de desenvolvimento. Esta proposta foi apresentada e discutida perante a CEPCIDI e o Conselho Permanente da OEA, e também perante o BID, a CEPAL e a OPAS, entre outros órgãos do Sistema Interamericano.

Educação

Atendendo ao mandato da Terceira Cúpula das Américas, a UDSE, na qualidade de Secretaria Técnica da Segunda Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI, organizou uma série de reuniões e participou ativamente de outras, a fim de preparar os conteúdos e progredir na identificação de desafios educacionais e de melhores práticas para a cooperação horizontal.

Cumprindo a decisão dos Ministros da Educação e sob a coordenação do México, como país organizador do tema da educação no Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), a UDSE trabalhou na elaboração de uma proposta de regulamento e acordo para a criação da Comissão Interamericana de Educação (CIE). Esses documentos foram amplamente estudados e discutidos pelos países membros em

várias instâncias. Mediante a resolução 1859 (XXXII-O/02), “Relatório da Segunda Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI”, a Assembléia Geral aprovou a criação da CIE e encarregou a CEPCIDI de aprovar seu regulamento, *ad referendum* da reunião seguinte do CIDI. Reunida em reunião ordinária em 14 de novembro, a CEPCIDI aprovou o Regulamento, com o que a CIE ficou instituída. Cumprida essa etapa, o sistema passou a contar com um órgão de reflexão crítica e construção de consenso acerca dos desafios educacionais do Continente, o que permitirá que se prepare e dê seqüência aos compromissos ministeriais no âmbito da Cúpula das Américas.

- *Reunião do G-11 Ampliado.* O México, na qualidade de coordenador do G11, convidou os representantes dos Ministérios da Educação para reunir-se em 9 e 10 de dezembro na sede da OEA em Washington, D.C e solicitou à UDSE que funcionasse como secretaria técnica do encontro. Nesta reunião, discutiu-se o futuro do G-11 diante da criação da CIE. Também se começou a trabalhar nos temas continentais prioritários com vistas à Terceira Reunião de Ministros da Educação, a realizar-se em agosto de 2003. Compareceram Delegações da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador (representando também a Guatemala), Estados Unidos, México, Peru, República Dominicana, e São Vicente e Granadinas. Nesta reunião, decidiu-se inaugurar a CIE na Terceira Reunião de Ministros da Educação, onde também se decidiria o futuro do G-11. Por seu lado, a Argentina ofereceu-se como sede da reunião preparatória ao encontro ministerial, e apresentaram-se alguns dos temas que deveriam constar de sua agenda.

- *Estratégia de cooperação horizontal / Carteira Permanente de Programas Consolidados.* Fiel ao compromisso assumido pelos Ministros da Educação no sentido de fortalecer a cooperação horizontal entre países, a UDSE elaborou uma Carteira Permanente que hoje contém 17 programas de 17 países do Hemisfério e está disponível na página www.oas.org/udse da Internet. Com base neste relatório, realizou-se uma consulta hemisférica para montar uma matriz de oferta e demanda de programas educacionais, a fim de identificar os mais necessários. Realizada a consulta, iniciou-se a segunda etapa da estratégia de cooperação com os programas educacionais mais procurados. Nessa etapa, prevê-se a realização de estágios de até 15 dias, em que os funcionários dos países interessados em cada uma das experiências terão a possibilidade de conhecer os programas educacionais, entrevistar-se com os atores que participam diretamente e analisar a transferência crítica a seus contextos específicos. Os funcionários comprometem-se a, de volta a seus países, dar seqüência às lições aprendidas e, com base nelas, desenvolver um projeto piloto. Após o estágio, a UDSE mantém os participantes informados e vinculados por meio de uma página da Internet criada exclusivamente com esta finalidade. Cada um dos estágios tem sua página na Internet.

Num esforço conjunto dos países que oferecem os cursos e dos que os procuram, da UDSE e da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), realizaram-se os estágios que se seguem.

- *Informação Educacional na Costa Rica.* Realizado de 30 de setembro a 11 de outubro, em coordenação com a Fundação Omar Dengo. Contou com a participação de funcionários da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Venezuela. Para mais informações, visitar a página <http://www.oas.org/udse/pasantia-costarica/index.html>.

- *EDUCO, de El Salvador.* Realizado de 4 a 15 de novembro, com a participação de funcionários da Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Peru, República Dominicana e Uruguai. Para mais informações, visitar a página <http://www.oas.org/udse/pasantia-elsalvador/index.html>.

- *Enlaces de Chile*. Realizado de 5 a 13 de dezembro, com a participação de funcionários da Argentina, Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Uruguai.

Para o ano vindouro, programaram-se também estágios sobre as experiências de Gestão Institucional, do México e Argentina, Pós-Primária Rural, da Colômbia, e Educação Secundária à Distância para Adultos, do México.

- *Estratégias de cooperação*. Cumprindo os mandatos de produzir estratégias de cooperação horizontal em torno das prioridades resumidas nos cinco eixos temáticos, apresentaram-se três projetos para levantar financiamento junto a diferentes entidades. Com vistas a um deles, apresentou-se ao Banco Mundial a proposta *The OAS Country-Based Education Advisory Service and Network for Increasing Equity with Quality in Lower Secondary Education*, com a qual se levantou financiamento para desenvolver o programa de Conhecimento e Assessoramento em Rede (CONARED).

- *Acordo de Cooperação OEA-SEP*. O acordo foi firmado pela UDSE, a AICD e o Instituto Latino-Americano da Comunicação Educativa (ILCE). No quadro de cooperação, o México ofereceu a todos os Estados membros, por intermédio de sua Secretaria de Educação Pública (SEP) e do ILCE, o uso gratuito do sistema educacional mexicano *Red Satelital de Televisión Educativa EDUSAT*. O uso deste sinal via satélite e dos conteúdos educacionais desenvolvidos pela SEP permitirão realizar programas conjuntos para elevar a qualidade da educação básica no Continente. Funcionários da SEP e do ILCE estão trabalhando com a OEA para atingir um acordo de cooperação. Em sua viagem a Washington, representantes do ILCE fizeram uma apresentação das características técnicas do EDUSAT na reunião da CEPAC de 14 de novembro.

- *Educação bilíngüe em contextos multilaterais*. A UDSE e a AICD realizaram, juntamente com a Secretaria de Educação Pública do México, um seminário sobre a Qualidade da Educação em Contextos Multilaterais, que se estendeu de 4 a 13 de dezembro. Discutiram-se os desafios da qualidade educacional em contextos multiculturais e a necessidade de apoiar a transferência crítica das lições aprendidas nos programas interculturais de cada país. Participaram do encontro representantes governamentais, acadêmicos e líderes indígenas da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México e Peru.

- *Formação e Atualização Docente*. A UDSE está trabalhando numa proposta de Programa Internacional para a Atualização Docente. Assim, a pedido da Secretaria de Educação Pública do México, preparou-se uma proposta concreta de cooperação com entidades dos Estados Unidos para capacitar professores e diretores do Distrito Federal. Paralelamente, trabalha-se numa proposta continental para produzir estratégias de cooperação na temática da formação e atualização docente.

- *Diagnóstico continental sobre educação e desenvolvimento social*. Na área da educação, bem como nas demais áreas da Unidade, estão se desenvolvendo diagnósticos sub-regionais com a finalidade de identificar as populações mais vulneráveis e as necessidades da sub-região. Trabalha-se com propostas que correspondam a essas necessidades, priorizando a luta contra a pobreza. Esse trabalho produzirá subsídios para o Diagnóstico Continental sobre Educação e Desenvolvimento Social que se vem realizando. Esse diagnóstico permanente permite identificar os problemas-chaves e contribuir para a reflexão sobre a importância de uma política social sustentada no Hemisfério, acompanhada de investimentos crescentes.

- *Programa de Cooperação OEA/Universidade de Harvard –Centro Rockefeller*. Tão logo foi assinado o convênio com o Centro Rockefeller de Estudos Latino-Americanos da Universidade de

Harvard, seis estudantes de pós-graduação das escolas de Educação e de Administração Pública encetaram as atividades da Unidade, nos meses de verão. Entre as principais atividades na área da educação, destacam-se a elaboração de diagnósticos sub-regionais, o desenvolvimento de propostas de financiamento e a colaboração para a identificação e sistematização das melhores práticas nas áreas temáticas da UDSE.

- *Avanços na cooperação em nível sub-regional.* A UDSE, juntamente com a AICD, recebeu em 12 de novembro os Ministros da Educação do México, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá. A reunião girou em torno da focalização de estratégias de cooperação na região, com base nos desafios e prioridades específicos. Neste sentido, decidiu-se concentrar os esforços na educação inicial, na educação secundária e na certificação de aptidões para o trabalho.
- *Assessoramento para a estratégia de financiamento da AICD.* A UDSE tem prestado assessoramento técnico à AICD em relação aos programas apresentados na área da educação para receber recursos da conta FEMCIDI para 2003, zelando para que estes correspondam às prioridades educacionais traçadas na Terceira Cúpula das Américas. Complementarmente, a UDSE presta assessoramento técnico na programação dos recursos do FEMCIDI para o ano 2003, mediante participação e apoio técnico nas reuniões sub-regionais onde os países definem suas prioridades de desenvolvimento e na posterior definição de perfis de projetos sub-regionais nas áreas da educação, desenvolvimento social, trabalho e cultura.

Cooperação com outros órgãos e organismos internacionais

- Participou-se da Décima Segunda Conferência Ibero-Americana de Educação, convocada pela OEI e realizada em 1º e 2 de julho na República Dominicana. Nessa ocasião, destacou-se a possibilidade de trabalhos conjuntos na área da educação inicial, o uso de tecnologias a serviço da educação e a educação superior.
- Continua-se a trabalhar com a UNESCO para dar apoio aos países em temas relacionados com os acordos sobre Educação para Todos de Dacar e da Terceira Cúpula das Américas.
- A OEA e a OPAS combinaram esforços para oferecer nos países uma educação de qualidade e apoio complementar às populações vulneráveis.

Cultura

Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura e atividades preparatórias

Cumprindo os mandatos conferidos pela Terceira Cúpula das Américas e as resoluções CIDI/RES. 127 (VII-O/02) e AG/RES. 1868 (XXXII-O/02), apoiaram-se os trabalhos de planejamento, organização e realização da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Cultura no âmbito do CIDI, realizada em 12 e 13 de julho em Cartagena das Índias. A fim de preparar essa reunião, prestou-se apoio das formas que se seguem.

- Realização do Primeiro Seminário de Peritos sobre Diversidades Cultural, em 18 e 19 de março, em Vancouver, Canadá. Deu-se apoio logístico para este evento, como a coordenação da participação das várias delegações.

- Reunião Preparatória à Primeira Reunião Ministerial, levada a cabo em 13 e 14 de junho na sede da OEA. Nesta reunião, discutiram-se e aprovaram-se as versões finais da agenda, os projetos da Declaração e do Plano de Ação, que foram considerados na Primeira Reunião.
- A UDSE funcionou como Secretaria Técnica das 10 reuniões do Grupo de Trabalho da CEPCIDI sobre a Primeira Reunião Ministerial, tanto da Reunião Preparatória quanto da própria Reunião Ministerial.

Coordenação entre órgãos

Convocaram-se e coordenaram-se reuniões entre vários órgãos sobre diversidade cultural em apoio ao Plano de Ação de Cartagena das Índias, as quais se realizaram em 29 e 30 de abril na sede da OEA e em 11 de julho em Cartagena das Índias. Participaram destas reuniões as seguintes organizações: AECI, BID, Banco Mundial, Centro Regional para a Promoção do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC), *International Council on Monuments and Sites*, seção dos Estados Unidos (ICOMOS), Fundo Nacional para as Artes, Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Convênio Andrés Bello (CAB), UNESCO, Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC) e Federação Internacional dos Conselhos das Artes e Agências Culturais (FICAAC).

Como resultado das reuniões e para apoiar o Plano de Ação, montaram-se duas matrizes de cooperação entre órgãos, que resumem os programas desenvolvidos por cada organização em cada um dos cinco eixos sobre diversidade cultural. Adotou-se igualmente um Estratégia de Cooperação Cultural entre Órgãos para apoiar os compromissos em relação à diversidade cultural.

- *Promoção da participação da sociedade civil.* Apoiou-se a participação da sociedade civil na Primeira Reunião Ministerial sobre Cultura, por meio do Foro Virtual sobre Diversidade Cultural no Hemisfério. Deu-se apoio a reuniões das organizações da sociedade civil paralelamente à Primeira Reunião Ministerial, a fim de elaborar um documento com suas recomendações, contribuições e comentários à Declaração e Plano de Ação de Cartagena.
- *Acordos de colaboração com organizações hispânicas nos Estados Unidos.* Participou-se da IV Conferência da *National Association of Latino Arts and Culture*, realizada em setembro em Austin, Texas, Estados Unidos. A UDSE apresentou um relatório intitulado Diversidade Cultural e Negociação da Unidade, onde enfatizou o desafio de construir uma cidadania multicultural onde a latinidade seja reconhecida e a necessidade de organizar-se para o conseguir.
- *Estratégia de cooperação horizontal.* Cumprindo a estratégia de cooperação horizontal proposta por sua Diretora e aprovada em Cartagena, a UDSE elaborou uma Carteira Permanente de 29 programas consolidados apresentados pelos Estados membros, que foi distribuída a fim de identificar os programas de maior interesse para todos os países. Com base nas respostas dos países foram selecionados seis programas, a respeito dos quais se levarão a cabo, em 2003, estágios ou atividades de intercâmbio que permitam conhecê-los e conseguir sua transferência crítica para outros contextos.
- *Apoio à constituição da Comissão Interamericana de Cultura e do Observatório de Políticas Culturais.* A UDSE apóia a Subcomissão de Políticas da CEPCIDI na elaboração de um estudo de viabilidade sobre a criação de um Observatório Interamericano de Políticas Culturais, com recursos do Governo do Canadá e do Convênio Andrés Bello. Da mesma forma, está prestando apoio técnico à referida Subcomissão na compilação de observações dos Estados membros relacionadas com o projeto de Regulamento para estabelecer a Comissão Interamericana de Cultura, criada na Primeira Reunião Ministerial, e com a definição de um calendário para pôr a referida Comissão em funcionamento.

- *Participação em reuniões e conferências.* Participou-se, como conferencista, do Primeiro Seminário Internacional sobre o Manejo das Línguas, organizado pelo Conselho da Língua Francesa, pelo Governo de Québec e outros organismos. Participou-se igualmente do Seminário sobre Estatísticas Culturais organizado pelo Governo do Canadá, pelo Governo de Québec, pelo Instituto Canadense de Estatística, pelo Instituto de Estatística da UNESCO e pela Fundação Rockefeller.
- *Acordos com organizações internacionais e organismos não-governamentais.* Entabularam-se conversações com a organização não-governamental Artes sem Fronteiras para estudar a possibilidade de adotar um acordo de cooperação entre a UDSE e essa instituição. Da mesma forma, realizaram-se contatos com representantes da Junta Diretora das Mesas-Redondas Pan-Americanas, organização não-governamental oficialmente credenciada pelo Conselho Permanente, para analisar o desenvolvimento de projetos e atividades comuns. Por iniciativa da UDSE, a Secretaria-Geral assinou acordos de cooperação com as organizações não-governamentais Orquestra Juvenil das Américas, Centro Regional para a Promoção do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC) e Convênio Andrés Bello. Prosseguiu a execução de um acordo com o Centro Cultural do BID para co-patrocinar uma série de conferências sobre o tema Cultura e Desenvolvimento. Por iniciativa da UDSE, a Secretaria-Geral assinou um Acordo de Cooperação com a União Latina. Atualizou-se ainda o Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral e o Convênio Andrés Bello, a fim de renovar o desenvolvimento de projetos e atividades comuns.
- *Publicações e Estudos.* Contrataram-se peritos para elaborar estudos a fim de contribuir para a reflexão e o debate sobre as relações entre diversidade cultural, globalização e desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Os autores e documentos que resultaram desses contratos são: Bernardo Subercaseaux, *Globalización, Nación y Cultura en América Latina (Desafíos y estrategias para preservar la diversidad cultural)*; Rodolfo Stavenhagen, *La Diversidad Cultural en el Desarrollo de las Américas – Los pueblos indígenas y los estados nacionales en Hispanoamérica*; José Alvaro Moisés, *Diversidad Cultural y Desarrollo en las Américas*; Ian Isidore Smart, *El Papel de la Diversidad Cultural en el Desarrollo de las Américas*; e Néstor García Canclini, *Las Industrias Culturales y el Desarrollo de los Países Americanos*.

Emprego e desenvolvimento trabalhista

- *Apoio aos grupos de trabalho da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho.* A OEA, por intermédio da UDSE, participou da organização das reuniões dos grupos de trabalho criados pela Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, e as apoiou. O Grupo de Trabalho I, que tratou das Dimensões Trabalhistas do Processo da Cúpula das Américas, e o Grupo II, que abordou o Desenvolvimento da Capacidade dos Ministérios do Trabalho, realizaram suas reuniões em abril, na República Dominicana. Como resultado dos acordos alcançados nessas reuniões, a UDSE preparou um relatório diagnóstico sub-regional (MERCOSUL, Comunidade Andina, América Central, Caribe e América do Norte) sobre a situação do desemprego, da pobreza, da erradicação do trabalho infantil e das crianças fora da escola. Este relatório orientará o trabalho da Unidade, ponto em destaque as necessidades de cada região.
- *Participação em seminários.* Na qualidade de secretaria técnica da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, a UDSE enviou representantes a dois seminários técnicos preparatórios à Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. Os dois seminários —Novas Relações de Trabalho e a Brecha Digital, e Sistemas de Seguro-Desemprego nas Américas— realizaram-se respectivamente em Montreal e Miami. Como resultado de sua participação nestes seminários, a UDSE apresentou à AICD dois projetos para financiamento, com base nas experiências dos países presentes, e também se ofereceu para organizar outro seminário, sobre gênero e trabalho.

- *Estratégia de cooperação horizontal.* Para promover a cooperação horizontal entre países, a UDSE preparou uma matriz de oferta e demanda de programas consolidados voltados para a capacitação e certificação de aptidões para o trabalho, para a intermediação trabalhista, os serviços de colocação e as necessidades das pequenas economias em matéria de desenvolvimento de capacidades de seus sistemas trabalhistas, particularmente na América Central e na CARICOM. Como parte dessa estratégia de cooperação horizontal, a UDSE, juntamente com a Secretaria do Trabalho e Previdência Social do México e com apoio financeiro da AICD, organizou no México e no Panamá *workshops* sobre o programa mexicano CONOCER. A UDSE planeja realizar um curso virtual sobre certificação de aptidões para o trabalho destinado aos países da América Central e um curso presencial sobre os mesmos temas para os países do Caribe.

- *Coordenação entre órgãos.* A UDSE manteve reuniões de coordenação com a AICD, com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a fim de abrir canais de trabalho conjunto e coordenar suas ações. No tocante à identificação e intercâmbio de melhores práticas na área da saúde e segurança do trabalho, em particular, iniciou-se entre estas instituições um trabalho conjunto para promover o futuro intercâmbio desses programas entre os países das Américas.

A UDSE trabalha em estreito contato com a equipe da OIT encarregada do projeto de apoio à Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), nas tarefas de seguimento e apoio aos grupos de trabalho, bem como na definição de ações de cooperação.

A UDSE participou do Foro Hispânico sobre um Ambiente Seguro e Saudável, patrocinado pela OPAS em outubro em San Diego, Califórnia. Neste Foro, apresentou-se a visão da OEA diante dos desafios trabalhistas e sociais dos processos de integração regional.

- *Apoio à elaboração de projetos.* A pedido de alguns países do Caribe, a Unidade prestou assessoramento para a preparação do projeto *Enhancement of the Labor Inspection Functions in Selected Caribbean Countries*, que vai receber financiamento do FEMCIDI no ano de 2003.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 96-6, de 28 de junho de 1996. É a principal entidade da Secretaria-Geral encarregada dos assuntos diretamente relacionados com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Sua finalidade é apoiar as atividades da Organização, seus órgãos e entidades, na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente na região. Formula, avalia e executa os projetos de cooperação técnica em suas áreas de competência e presta assessoramento e apoio técnico em aspectos referentes ao desenvolvimento sustentável, inclusive os programas voltados para o desenvolvimento da legislação sobre meio ambiente, a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis e a educação ambiental. Além disso, a Unidade atua em áreas destacadas pelo processo de cúpulas hemisféricas e, em particular, tem uma elevada responsabilidade pelo seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz, adotado pela Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, dezembro de 1996).

As atividades da Unidade em 2002 orientaram-se pelos mandatos das Cúpulas; pelas resoluções aprovadas nos períodos de sessões da Assembléia Geral da Organização; pelos mandatos emanados do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, aprovado pela Assembléia Geral em seu Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado em junho de 1997 em Lima, Peru; pelo Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05; e pelas resoluções aprovadas na Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável, realizada em 11 e 12 de fevereiro de 2002.

A UDSMA tem atualmente em execução uma carteira de projetos num valor total de aproximadamente US\$62 milhões, mais de 95% dos quais financiados com recursos provenientes de fontes externas da OEA. A página da Unidade na Internet — <http://www.oas.org/udsma> — incorpora as principais atividades em execução e correlatas, que são acessíveis nesse endereço.

Atividades relacionadas com a Cúpula da Bolívia

Prosseguiram as atividades para a coordenação e seguimento do Plano de Ação de Santa Cruz. A Unidade prestou apoio ao Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), criado no âmbito da CEPAC, com o objetivo de preparar a Terceira Reunião Ordinária (CIDS III). Distribuiu-se uma matriz entre os Estados membros, a fim de avaliar o progresso na execução do Plano de Ação de Santa Cruz.

Cumprindo os mandatos referentes ao Plano de Ação de Santa Cruz, constantes do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, a UDSMA efetuou as atividades que se seguem.

Prosseguiu a fase de implementação da Estratégia Interamericana para a Promoção da Participação Pública na Tomada de Decisões sobre Desenvolvimento Sustentável (ISP), atendendo particularmente à resolução CIDI/CIDS/RES. 6 (III-O/02), aprovada pela Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS III), em 12 de fevereiro de 2002. Em especial, continuou respaldando os esforços para a implantação da Estratégia, desenvolvendo mecanismos de estreita colaboração entre os setores público e privado em matéria de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

A Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) foi criada em 1996 como iniciativa da Cúpula das Américas em que se reuniram os Chefes de Estado dos países membros. Essa iniciativa continua a crescer, e já são 29 os países que designaram oficialmente pontos focais para a IABIN. Esta vai fornecer a infra-estrutura para a rede de informação (como padrões e protocolos), bem como o componente científico necessário aos países das Américas para melhorar o processo decisório, sobretudo quando o desenvolvimento humano conflita com a conservação da biodiversidade. Em princípios de 2002, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, ramo financeiro da Convenção sobre Diversidade Biológica, contribuiu com US\$650.000 para a consolidação da Rede e para a elaboração de um projeto mais amplo, que será apresentado ao Conselho do FMAM em 2003.

O Fórum Interamericano sobre Direito Ambiental (FIDA) foi idealizado na Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável, reunida em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, para servir como uma “rede hemisférica de funcionários e peritos em Direito Ambiental e em sua aplicação e cumprimento”, atuando em coordenação com a OEA. Cumprindo os objetivos de sua criação, travou-se um diálogo virtual pela Internet sobre políticas de produção mais limpas e eficiência energética na América do Sul, com apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e outras. Além disso, juntamente com a Comissão Centro-Americana de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CCAD), organizou-se em Manágua, Nicarágua, um *workshop* sobre políticas disponíveis para uma produção mais limpa na região centro-americana. O FIDA registrou em relatórios os resultados de ambas as atividades.

O FIDA está trabalhando com parceiros governamentais e não-governamentais das Américas para levar a cabo avaliações de impacto ambiental nacionais do proposto Acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e para discutir as alternativas de políticas com Estados membros da OEA. O Projeto iniciou-se em setembro de 2001, com estudos da Argentina e do Brasil. Esses estudos serão revistos por grupos de peritos em março de 2003. No início de 2003, começará a preparação dos relatórios do Paraguai, Uruguai e dois ou mais países centro-americanos.

Nesse período, ademais, distribuiu-se o Relatório Final do Quarto Diálogo Interamericano de Administração de Águas e se prepararam, em três idiomas, duas edições especiais de *Diálogo al Día*, o boletim da Rede Interamericana de Recursos Hídricos.

Na seqüência do Ponto II.4 do Plano de Ação de Santa Cruz, do Ponto 4.4 do PIDS e da resolução CIDI/CIDS/RES. 3 (II-O/99), a UDSMA manteve a execução de projetos especiais que apóiam a definição de políticas nacionais e regionais de manejo integrado de recursos hídricos e zonas costeiras em vários países das Américas. Esses projetos compõem uma carteira de aproximadamente US\$30 milhões.

Grupo de Trabalho Interagencial para o Seguimento da Cúpula da Bolívia

Como presidente do Grupo de Trabalho sobre Incorporação da Redução dos Efeitos dos Desastres no Desenvolvimento (IATF), a UDSMA apresentou o Terceiro *workshop* sobre Técnicas para a Avaliação de Vulnerabilidade e suas Aplicações (VAT III), em colaboração com o Banco Caribenho de Desenvolvimento (CDB) — que patrocinou o evento — e a *National Oceanographic and Atmospheric Administration (NOAA)* dos Estados Unidos. Está sendo revisto o papel da IATF no contexto da estrutura do seguimento das Cúpulas com a Secretaria do Processo de Cúpulas.

Atividades relacionadas com a Cúpula das Américas

Cumprindo o disposto na Terceira Cúpula das Américas, realizou-se em 11 e 12 de fevereiro, na sede da OEA, a Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) e a Santa Cruz + 5, que, entre outros objetivos, visava apresentar contribuições à Cúpula Rio + 10 em

2002. Nessa ocasião, a UDSMA preparou e distribuiu o Segundo Relatório da Secretaria-Geral sobre o processo conduzido em prol do desenvolvimento sustentável nas Américas, intitulado *Hacia un desarrollo sostenible en las Américas. Informe de implementación de cumbres*.

Cumprindo o disposto na Segunda e na Terceira Cúpulas das Américas, foi estabelecido um acordo de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que autorizou um financiamento de US\$97.635 para prosseguir com os avanços alcançados na implementação do programa de melhoria dos registros de propriedades, e aprofundá-los. Esse programa está sendo executado por intermédio do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade (IPSI), mecanismo criado para este fim pela USAID e pela OEA.

A UDSMA está colaborando com a Secretaria-Geral, que preside a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN), na preparação do projeto do Plano Estratégico Interamericano para a Redução de Desastres, Gestão de Risco e Manejo de Emergências, a ser levado à consideração dos Estados membros com vistas a sua implementação.

Atividades relacionadas com mandatos da Assembléia Geral

Cumprindo o disposto pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1896, “Direitos humanos e meio ambiente nas Américas”, a Unidade lançou uma iniciativa visando contribuir para o fomento da colaboração institucional em matéria de direitos humanos e meio ambiente no âmbito da Organização, em especial entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a UDSMA.

Neste sentido, por solicitação do Centro de Direitos Humanos e Meio Ambiente (CEDHA), a Unidade participou de uma audiência de caráter geral perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nesta sessão, abordou-se o tema dos efeitos da degradação ambiental sobre o exercício e gozo dos direitos humanos no Continente.

Atividades com organizações internacionais

Teve início a participação da Secretaria-Geral, por intermédio da UDSMA, no processo de consulta oficial lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para elaborar uma Estratégia Ambiental do Banco juntamente com outros organismos.

Atividades de cooperação técnica

Recursos hídricos e ecossistemas transfronteiriços

A Unidade manteve seus esforços para fortalecer a cooperação técnica entre os Estados membros visando o manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos em bacias transfronteiriças e zonas costeiras. A UDSMA integra o Comitê Diretor do projeto FMAM Bloco B, denominado Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras em Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento. No projeto Plano Estratégico de Ação para a Bacia Binacional do Rio Bermejo (PEA), prosseguiu a implementação de ações visando reduzir e controlar os processos de degradação ambiental e promover o desenvolvimento da bacia binacional, conforme programadas na fase de planejamento. O projeto vem sendo executado em colaboração com os Governos da Argentina e da Bolívia, por intermédio da Comissão Binacional para o Desenvolvimento da Alta Bacia dos Rios Bermejo e Grande de Tarija, com apoio financeiro do FMAM num montante total de US\$11,4 milhões. A conclusão do projeto está prevista para outubro de 2005.

No ano de 2002, prosseguiram as atividades do projeto Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacias no Pantanal e na Bacia do Alto Rio Paraguai, executadas no Brasil pela Agência Nacional de Águas (ANA), com apoio da UDSMA, e pelo PNUMA, com financiamento do FMAM no montante de US\$6,6 milhões. Implementando uma nova perspectiva de gestão do projeto por produto, firmaram-se 32 contratos referentes à execução de 31 subprojetos. Por decisão do Conselho Diretor, o prazo de execução do Projeto foi prorrogado até novembro de 2004.

Em 2002, o projeto Gestão Integrada de Atividades Terrestres na Bacia do Rio São Francisco, que contava com financiamento do FMAM no valor de US\$4,7 milhões, entrou na fase final de execução. Concluíram-se 10 subprojetos, apresentou-se a primeira proposta do Diagnóstico Analítico e se elaboraram os termos de referência para a formulação do Programa de Gestão Integrada (PGI). No âmbito do Projeto, realizaram-se *workshops* temáticos, técnicas e de coordenação, bem como duas reuniões do Conselho Diretor. Além disso, executaram-se as atividades de apoio à criação do Comitê de Integração da Bacia do Rio São Francisco, cuja instalação oficial está prevista para dezembro. Por decisão do Conselho Diretor, a execução do Projeto foi prorrogada até dezembro de 2003.

No Brasil, prosseguiram também as atividades do projeto Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM) e Estruturação Institucional de Consolidação das Políticas Nacionais de Recursos Hídricos no Brasil (SRH).

No ano de 2002, prosseguiu a execução do Projeto Formulação de um Programa Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira (CRSJ), de iniciativa dos Governos da Costa Rica e Nicarágua, com financiamento do FMAM no montante de US\$4 milhões. Também em 2002 teve lugar uma série de eventos, *workshops* e seminários, entre eles o Diálogo sobre Água e Clima, realizado sob o patrocínio da Secretaria Internacional do Diálogo sobre Água e Clima do Terceiro Foro Mundial da Água, com financiamento do Governo dos Países Baixos no montante de ?92.616.

No projeto Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, assinou-se o Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA e o Banco Mundial, que participarão, respectivamente, como órgão de execução e órgão de implementação do projeto, em colaboração com os Governos da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O projeto será executado com apoio financeiro do FMAM no montante de US\$13,4 milhões, sendo o custo total do projeto US\$26,76 milhões. Já foram concluídos os acordos bilaterais entre os países participantes e a Secretaria-Geral da OEA, o que tornará possível iniciar oficialmente as atividades do projeto no primeiro trimestre de 2003. Em 2002, adiantaram-se providências relacionadas com a definição da sede do projeto, o edital do concurso e a seleção do secretário-geral do projeto, a composição da Comissão Diretora Superior e o Manual de Operação Técnico-Financeira (PIP).

Por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Governo do Brasil apresentou o acordo relativo ao projeto Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP), que foi assinado em fevereiro de 2002. O Governo já efetuou um pagamento de US\$2.000 para iniciar os trabalhos. Com financiamento do Bloco A do FMAM num montante de US\$25.000, a UDSMA assessorou os cinco países da Bacia do Prata na formulação de uma proposta no Bloco B do FMAM, no valor de US\$700.000. Essa proposta, cujo objetivo é preparar um Programa-Quadro para o gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata com Relação à Variabilidade e Mudança Climática, foi aprovada, no quadro do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), pelos cinco países signatários do Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Rede Interamericana de Recursos Hídricos

A UDSMA continuou operando como secretaria técnica da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), o que permite um permanente contato, intercâmbio de experiências e fornecimento de informações técnicas de interesse para o tema. A Rede conta com 34 pontos focais nacionais designados pelos Estados membros. No período analisado, a Rede esteve particularmente empenhada na preparação do Relatório Final do Quarto Diálogo Interamericano sobre Administração de Águas, realizado em setembro de 2001 em Foz do Iguaçu, Brasil. Deu-se também seqüência e apoio ao desenvolvimento dos diálogos nacionais sobre governança na gestão de recursos hídricos, que estão se realizando com financiamento do Governo do Japão, por intermédio da Associação Japonesa de Recursos Hídricos, num total de US\$177.000. Finalmente, na qualidade de Secretaria Técnica da RIRH, apoiaram-se as gestões junto ao FMAM e ao PNUMA para a aprovação do Projeto de Médio Porte para o Fortalecimento da Rede Interamericana de Recursos Hídricos. Tal como se informa em outra parte deste Relatório, o projeto foi aprovado com um valor de US\$972.000.

Projeto de Médio Porte para o Fortalecimento da Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH)

Em setembro de 2002, o FMAM aprovou o projeto Desenvolvimento e Implementação de Mecanismos para Divulgar Lições Aprendidas e Melhores Práticas em gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços na América Latina e no Caribe, que fora apresentado ao FMAM pelo Brasil na qualidade de co-presidente da RIRH. O projeto tem um financiamento do FMAM no valor de US\$972.000 e uma duração prevista de 18 meses.

Terceiro Foro Mundial da Água – Dia Pan-Americano

A UDSMA participa da Comissão Organizadora do Dia Pan-Americano, que será comemorado em 19 de março de 2003, durante o Terceiro Fórum Mundial da Água, no Japão. Para tanto, estabeleceram-se diálogos nacionais sobre governança na gestão dos recursos hídricos, com financiamento da Associação Japonesa de Recursos Hídricos (JAWA) num montante de US\$177.000.

Visão da Água para o Caribe

O projeto Alcançando a Visão Hemisférica da Água, financiado pela Associação Japonesa de Recursos Hídricos e executado pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente para a Organização dos Estados Americanos (UDSMA/OEA) com assistência do Instituto Caribenho de Saúde e Meio Ambiente (CEHI), promove a colaboração da sociedade civil e do governo para tornar realidade a visão hemisférica da água e do exercício do governo no gerenciamento dos recursos hídricos.

Este projeto tem um elemento especificamente caribenho, que consiste em duas atividades: 1) um projeto de demonstração de políticas de recursos hídricos em São Vicente e Granadinas; e 2) revisão de um documento e o esboço de uma declaração e síntese. Por meio da demonstração do projeto, proporciona-se assistência técnica ao Governo de São Vicente e Granadinas, bem como harmonização e fortalecimento da legislação, e regulamentos sobre os atuais recursos hídricos, concentrando-se numa área prioritária para São Vicente e Granadinas e em regulamentos sólidos sobre o manejo de resíduos.

Generalizando a Adaptação à Mudança Climática

O projeto Planejamento para Adaptação à Mudança Climática (CPACC) foi concluído em dezembro de 2001, quando os países participantes solicitaram uma doação para facilitar o desenvolvimento do Projeto (PDF-B) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), com a finalidade de preparar o seguimento para o projeto denominado Integração da Adaptação à Mudança Climática (MACC).

A fim de assegurar a continuidade do esforço da região para dedicar-se às mudanças climáticas, a CARICOM garantiu uma doação de CDN\$3,2 milhões para um projeto de Mudança Climática no Caribe.

Atualmente, a Unidade está dando assistência à Secretaria da CARICOM no desenvolvimento do plano de implementação e na confecção do Manual de Operações do projeto Integração da Adaptação à Mudança Climática, e proporcionando aberturas no desenvolvimento do projeto de Sistemas de Informação Gerencial. A expectativa é ter esse trabalho concluído em fevereiro de 2003.

Diálogo sobre Clima e Águas do Caribe (CDWC)

O Diálogo sobre Clima e Águas do Caribe (CDWC) foi organizado para promover e coordenar políticas de discussão e ação sobre clima e águas nos países do Caribe. Este foro proporciona um sistema para a divulgação de informações, intercâmbio de experiências, colaboração e comunicação a respeito das mudanças climáticas e do gerenciamento de recursos hídricos. Financiado pelo Governo dos Países Baixos por intermédio da Secretaria Internacional para o Diálogo sobre Clima e Águas, foi concebido para promover o intercâmbio de informações e experiências com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e a região do Pacífico. O Instituto Caribenho de Saúde e Meio Ambiente (CEHI) e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da OEA funcionam como convocadores do diálogo e como sua secretaria, respectivamente.

A primeira fase do diálogo abrange o período de maio de 2002 a março de 2003, data do Terceiro Fórum Mundial da Água. Para esta fase, seu financiamento foi solicitado ao Diálogo Global sobre Clima e Águas (DWC), no entendimento de que o DWC daria oportunidade para nova solicitação de financiamento na segunda fase, uma vez cumprida a primeira. Nesta primeira fase, estão sendo atacados os seguintes componentes: campanhas públicas de divulgação; consultas às partes interessadas; *workshops*; portais na página do DWC dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) do Caribe na Internet; e documentos de interesse sobre participação no Terceiro Fórum Mundial da Água. Desenhou-se igualmente o portal (www.oas.org/cdwc) e iniciou-se a colaboração em torno do relatório a publicar sobre o clima e a água nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Projeto de mitigação de desastres no Caribe

Em junho de 2002, a OEA e a Agência Caribenha de Resposta em Situações de Desastre (CDERA) assinaram um acordo com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) visando o Programa de Desenvolvimento de Capacidade para a Mitigação de Ameaças no Caribe (CHAMP). Trata-se de um projeto de três anos, num montante que se eleva a US\$1,4 milhão, dedicado ao treinamento dos funcionários de Estados da CARICOM para reduzir o risco de ameaças naturais. Os dois primeiros componentes deste projeto são o apoio às políticas de desenvolvimento para a mitigação de riscos naturais e a implementação de um treinamento mais seguro. O acordo sobre o projeto foi assinado na Assembléia Geral da OEA em junho neste sentido, a OEA/UDSMA servirá como agência executora do projeto, e a CDERA como sua agência implementadora.

Informações para a tomada de decisões visando o desenvolvimento sustentável

A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (SG/OEA) firmou recentemente um Memorando de Entendimento com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) para agir como instituição de gerenciamento de campo em um projeto pequeno a ser implementado no Caribe. O projeto chama-se Capacidade de Criar Sistemas de Informação Gerencial para Melhorar a Tomada de Decisões sobre Desenvolvimento Sustentável para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Caribe (SIDS), num e o montante total de US\$271.000.

Uma das primeiras atividades programadas é uma missão a Barbados, em dezembro de 2002, para reunir-se com vários organismos internacionais, regionais e nacionais, a fim de discutir a forma como o novo projeto pode complementar atividades em curso e previstas. Entre outras organizações da região, a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente planeja trabalhar com a Universidade das Índias Ocidentais.

Corredores comerciais

O Programa de Capacitação e Pesquisa do Projeto Desenvolvimento de Corredores Comerciais (PROCORREDOR) continua apoiando os projetos regionais de formação e pesquisa no campo sobre temas complementares, a fim de assessorar os governos, realizar consultas com o setor privado e preparar a próxima geração de especialistas em desenvolvimento de corredores comerciais, com enfoque no setor de transporte. Os centros que colaboram com o PROCORREDOR a partir da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai contribuíram com documentos sobre experiências e atividades, que foram usados na Segunda Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade dos Corredores de Comércio aos Desastres Naturais (TCC II), a qual realizou-se em junho de 2002 em Tampa, Flórida, nos Estados Unidos. Para 2003 está programada a TCC III, em colaboração com Zamorano, em Honduras.

Redução de desastres no contexto do desenvolvimento

Acionou-se a sexta fase do projeto denominado Alerta Precoce diante de Inundações e Redução da Vulnerabilidade em Pequenos Vales da América do Sul (SVP), em coordenação com a Federação de Municipalidades do Istmo Centro-Americano, o Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC) e o Comitê Regional de Recursos Hídricos do Istmo Centro-Americano (CRRH). Com apoio do Governo dos Países Baixos, por intermédio da Secretaria Internacional do Diálogo sobre Água e Clima (DWC), assentaram-se as bases para o estabelecimento de uma Plataforma Regional do SVP, mediante a qual um consórcio de ONGs oferecerá serviços de assessoria técnica e capacitação a grupos locais, nacionais e regionais interessados na redução da vulnerabilidade a inundações. Espera-se usar fundos sementes como multiplicadores das contribuições do consórcio selecionado. O processo do DWC facilitou a projeção de experiências dos Estados membros da OEA sobre água e clima para o Fórum Mundial da Água III, marcado para março de 2003 no Japão.

Como parte da resposta às conseqüências do furacão Mitch em quatro países da América Central, a UDSMA empreendeu a execução do projeto Rede de Observação do Nível da Água na América Central (RONMAC), financiado pela USAID, por intermédio da Administração Nacional do Oceano e da Atmosfera (NOAA).

No quadro do Plano Hemisférico para a Redução de Desastres no Setor da Educação (EDUPLAN Hemisférico), continua-se a apoiar suas secretarias técnicas na Argentina, Costa Rica, Estados Unidos, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela, nos níveis comunitário, educacional, administrativo e/ou geográfico, mediante esforços de colaboração para reduzir voluntariamente a vulnerabilidade por meio de ações nas áreas acadêmica, de participação pública e de infra-estrutura física.

A UDSMA, em coordenação com a Secretaria de Integração Econômica da América Central (SIECA), o CEPREDENAC e o Departamento de Transporte dos Estados Unidos (USDOT), continua apoiando o desenvolvimento e a atualização do Estudo da Vulnerabilidade das Rodovias da América Central em face de Riscos Naturais e o processo para a Assistência Mútua em Caso de Danos à Infra-Estrutura de Transporte por Desastres Naturais na América Central.

Energia renovável nas Américas

A UDSMA atua como secretaria técnica para a Iniciativa de Energia Renovável nas Américas (EREA). No ano de 2002, a EREA encetou uma série de novas iniciativas e ampliou o alcance de atividades em curso. Juntamente com o Banco Mundial, administra uma aliança hemisférica que catalisa a expansão de serviços modernos de energia nas zonas rurais de baixos recursos na América Latina e no Caribe. Esta aliança global de energia sustentável — América Latina e Caribe (GVERP-LAC) — revelar-se-á benéfica em numerosas estratégias nacionais para o desenvolvimento da energia rural e ajudará a dirigir recursos de assistência técnica e financeira para a execução desses programas. Após a adoção do Plano de Energia Sustentável em Santa Lúcia, em 2001, a EREA começou a trabalhar com a Dominica e Grenada no desenvolvimento de estratégias semelhantes, que ajudarão a orientar a transformação dos setores de energia mediante o uso de tecnologias de energia sustentável (energia renovável e sistemas rendimento energético). Suplementarmente, a EREA está promovendo assistência técnica a vários países, inclusive a República Dominicana e a Guatemala, para a análise e desenvolvimento das políticas de energia renovável. Por meio de sua aliança com a AICD, a EREA continua ajudando o desenvolvimento de telecomunicações rurais e de projetos energéticos. Em 2002, como resultado de um projeto piloto financiado pela OEA, cujo desenho foi traçado pela EREA e pela AICD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento concedeu um empréstimo de US\$8,5 milhões a Honduras para a Conectividade Rural Nacional e as iniciativas energéticas.

Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade

Como resultado da Segunda Cúpula das Américas (Chile, 1998) e cumprindo os mandatos sobre Registros de Propriedade do Plano de Ação de Santiago, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em aliança com a OEA, criou o Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade. Na Cúpula, Estados membros comprometeram-se a racionalizar e padronizar seus próprios sistemas de registro de propriedade nacional. Assim, o objetivo do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade é oferecer ampla ajuda, por meio das informações de seu portal www.property-registration.org, aos esforços em curso para reformar alguns aspectos dos sistemas de registro de propriedade.

UNIDADE INTERSETORIAL DE TURISMO

Criada pela Ordem Executiva Nº 96-7, a Unidade Intersectorial de Turismo promove o desenvolvimento interdisciplinar do turístico. Assim, fortalece e estabiliza a cooperação prática com outras organizações regionais e internacionais, revitaliza o Congresso Interamericano do Turismo (CIT) e conduz os programas de cooperação técnica e treinamento para promover o desenvolvimento sustentável nos Estados membros.

Formulação de políticas e planos

Como parte do programa de reação a emergências, concebido para dar assistência aos setores do turismo dos países membros caribenhos da Organização dos Estados Americanos, cujos setores turísticos e cujas economias sofreram grave desaceleração em 2001, a Unidade Intersectorial de Turismo (UTUR) prestou em 2002 serviços de consultoria à Dominica para ajudar este país a revitalizar o setor turístico nacional.

Desenvolvimento de produtos turísticos

O Programa para Pequenas Empresas Turísticas (STEP), financiado pela USAID, foi elaborado como reação aos resultados e rentabilidade quase endemicamente baixos que caracterizam a operação do subsetor dos pequenos hotéis. Baseia-se no reconhecimento de que as exigências do mercado indicam a necessidade de atentar para os aspectos ambientais ao desenhar e operar empresas turísticas. No período em pauta, os trabalhos realizados no quadro dos vários componentes do programa STEP foram os que se seguem.

Criação da marca e das normas Caribbean Experiences para hotéis e empresas auxiliares do setor turismo

Em 2002, a UTUR levou a cabo uma importante série de testes de produtos com vistas à marca e às normas da *Caribbean Experiences* com cerca de 450 pequenos hotéis dos países participantes. Organizaram-se também seminários nos países para 120 proprietários e gerentes de hotéis dos sete países participantes. A Unidade levou a cabo consultas de seguimento com proprietários de pequenos hotéis, preparou um relatório sobre o lançamento de produtos e obteve informações para o ajuste do enfoque da *Caribbean Experiences*. Este exercício servirá também para aperfeiçoar a estrutura de integração e para dar uma contribuição ao preparo do projeto de plano comercial da *Caribbean Experiences*.

Locais turísticos, atrações e turismo comunitário

Lançou-se o componente Locais Turísticos e Atrações do projeto STEP, com a elaboração de uma lista de 26 atrações (15 em Santa Lúcia e 11 em Barbados). A UTUR também entabulou conversações com o Projeto de Competitividade Económica do Caribe (CPEC), financiado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), a fim de promulgar conjuntamente as normas do desenvolvimento e as atividades de turismo comunitário.

Uma importante característica das iniciativas sobre locais turísticos, atrações e turismo comunitário é o potencial oferecido pelos eventos e festivais para agregar valor ao produto turístico e aumentar a receita dos Estados membros. A fim de pôr em relevo este potencial, a UTUR organizou um simpósio regional sobre planejamento e gestão de eventos para mais de 60 administradores e organizadores de eventos, o qual teve lugar de 4 a 6 de novembro de 2002.

Criação de um portal na Internet para administradores de atrações turísticas

Um novo portal na Internet foi criado por pessoal da UTUR e um voluntário da NetCorps, como recurso para proprietários e administradores de locais e atrações turísticos, e projetos de turismo comunitário. O portal está sendo analisado para lançamento ao público em princípios de 2003.

Desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental

A UTUR trabalhou com pessoal da USAID e da *Caribbean Action for Sustainable Tourism (CAST)* na formulação de um programa de itinerários ambientais para pequenos hotéis, como primeiro passo em uma série de iniciativas técnicas para prestar assistência a pequenos estabelecimentos na implementação de sistemas de gestão ambiental. Em 31 de dezembro de 2002, terão sido concluídos 60 itinerários ambientais e mais de 160 hotéis terão tomado contato com programas de gestão ambiental. Até o final de 2002, mais de 1.700 pessoas e 400 organizações terão tomado contato com estas iniciativas.

Sistemas de informação e transferência de tecnologia

Criação de um meio baseado na Internet

A UTUR criou uma ferramenta digital com a finalidade de conferir visibilidade comercial aos hotéis e demais empresas que participam do programa STEP. O núcleo do projeto é um portal registrado na Internet, *Caribbeanexperiences.com*, que será usado para ajudar os hotéis e as empresas turísticas na distribuição eletrônica de seus produtos. Em 2002, a UTUR contratou um serviço de reservas turísticas para iniciar a criação desse portal e o serviço de reservas, preparando-se para o lançamento de *Caribbean Experiences*. O portal estará pronto em dezembro de 2002 e entrará em teste no princípio de 2003.

Prestação de assistência tecnológica

O programa de prestação de assistência tecnológica a pequenas empresas turísticas revelou-se um grande êxito na comunidade dos pequenos hotéis. Em 2002, mediante a colaboração com os programas *Net Corps Americas* e *Net Corps Canada*, forneceu-se treinamento técnico a mais de 65 estabelecimentos e 165 empregados em oito Estados membros. Além disso, mediante a colaboração com o *Canadian Executive Service Overseas (CESO)*, cerca de 30 hotéis receberam de voluntários assistência em gestão hoteleira, operações, e gastronomia e bebidas.

Criação de um centro de recursos virtual na Internet, CaribbeanInnkeeper.com

Em 2002, a UTUR iniciou a atualização e ajuste do centro de recursos virtual abrigado no portal *CaribbeanInnkeeper.com*, que levou a um conjunto de informações e serviços a respeito dos programas de treinamento, equipamento, ferramentas e materiais correlatos agora disponíveis por meio do projeto STEP. Esse projeto oferece aos operadores hoteleiros, pesquisadores, estudantes e pessoal do setor grande volume de informações relevantes para a operação de empresas turísticas, a que têm acesso pela Internet.

Criação de centros de recursos físicos.

O centro de recursos virtual *CaribbeanInnkeeper.com* será complementado pelo estabelecimento de centros de recursos físicos nos países participantes do projeto STEP. Estes centros, que funcionarão como mecanismo básico para apresentar o projeto STEP nos Estados participantes, oferecem materiais de treinamento, uma biblioteca de vídeo para pequenos hotéis, instalações para projeção de TV e vídeo, acesso à Internet e uma série de folhetos. Fornecem igualmente informações da CAST sobre seus programas e folhetos a respeito de gestão ambiental preparados para o programa STEP. Para fins de 2002,

terão sido estabelecidos centros de recursos em oito Estados membros, e mais cinco serão criados no começo de 2003. Da mesma forma, a UTUR organizou um centro de recursos “móvel” que será usado em países maiores, como a Guiana e as Bahamas, a fim de garantir a distribuição e recepção adequadas nos pequenos estabelecimentos fora dos centros turísticos principais.

Preparação de folhetos instrutivos

Os folhetos visam apresentar as práticas operacionais e métodos administrativos ótimos no setor, tanto em forma eletrônica quanto impressa. A meta é alcançar maior eficiência e rentabilidade na operação de empresas turísticas aplicando algumas práticas ótimas apresentadas nos folhetos. Em 2001 e 2002, prepararam-se 17 folhetos sobre vários temas operacionais, entre eles conservação ambiental, gestão energética, melhorias nos quartos, empresas, soluções rápidas, manutenção, arrumação de quartos de hotel e posicionamento no mercado.

Educação e treinamento

Certificação para trabalhadores do setor

Em 2002, a UTUR colaborou com a CIDA/CPEC e a *American Hotel and Lodging Association (AHLA)* para elaborar e adaptar material de treinamento e certificação em gastronomia e serviço de restaurante no quarto para pequenos hotéis. Ao passar a ser usado, mediante licença do sistema AHLA, este material foi colocado à disposição dos usuários, em princípios do ano, a fim de efetuar testes de produtos para alguns hoteleiros, peritos regionais e instrutores. Todos os participantes concordaram que o material de instrução estava bem adaptado às necessidades dos pequenos hotéis. Em meados de 2002, participaram 75 educadores de seminários de preparação de instrutores sobre certificação do treinamento da AHLA com o material adaptado. Para alcançar o objetivo de treinar 500 empregados de hotéis, previsto para o ano de 2003, é essencial contar com um quadro de instrutores.

Manuais educativos para escolas

Cumprindo o mandato conferido pelo Programa Interamericano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, a Unidade, em colaboração com a Organização de Turismo do Caribe (CTO), completou as seguintes atividades: a) maior desenvolvimento do Sistema de Aprendizagem de Turismo para o Caribe, em colaboração com contrapartes canadenses, a fim de consolidar e coordenar as atividades de educação e treinamento em turismo na região; b) implementação de seminários e atividades de promoção e introdução, no sistema escolar regional, de módulos turísticos criados como parte das atividades financiadas pela OEA em 2001; e c) implementação de atividades de conscientização turística na região.

Promoção institucional e promoção da capacidade

Com a firme convicção de que a implementação efetiva do projeto STEP depende da capacidade das contrapartes coordenadoras que participam nos Estados membros, organizaram-se em 2002, para coordenadores do STEP, cursos de treinamento em consciência ambiental, avaliação ambiental, administração hoteleira, operação gastronômica e segurança sanitária e alimentar. Os coordenadores participaram também de um programa de treinamento e certificação para administradores de pequenos hotéis e dos meios de comunicação. O programa contou com assistência da Loyola University.

Atividades da Unidade na América Central

No ano passado, a Unidade prestou assistência aos projetos de turismo seguintes na América Central:

Projetos regionais de assistência a pequenos hotéis

Os projetos regionais de assistência a pequenos hotéis abarcam seis Estados membros da OEA (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá); seu objetivo é prestar assessoramento para elevar a competitividade. A implementação se atrasou durante quase todo o ano de 2002 devido a problemas institucionais com o órgão executor. Contudo, a UTUR conseguiu uma alteração nos acordos sobre o financiamento e os organismos executores no último trimestre do ano, de modo a efetuar o primeiro desembolso de recursos do Projeto de Pequenas Empresas Turísticas do Caribe. No fim do ano, estava parcialmente efetuado o diagnóstico dos problemas do setor.

Projeto Turístico Rota do Café

O Projeto Turístico Rota do Café visa gerar benefícios na região de Los Santos a partir do turismo, mediante o desenvolvimento de um produto autóctone como é o café, dando assistência na diversificação de sua base econômica predominantemente cafeeira e reforçando o patrimônio e a cultura do lugar. Está em andamento um projeto piloto na Costa Rica, e esta colaboração se amplia com esforços semelhantes na Nicarágua e Guatemala. No ano, conseguiu-se um inventário de produtos turísticos, iniciou-se um programa de conscientização comunitária e empreendeu-se um exame dos produtos pilotos com operadores e agências turísticas e potenciais contrapartes. No fim do ano, realizaram-se atividades de comercialização e publicidade.

Outras atividades na América Latina

No período em consideração, pessoal da UTUR participou da elaboração de um documento sobre o tema Florescimento do Turismo na América Latina — Tendências Atuais e Perspectivas, e o apresentou no Quarto Congresso Nacional de Comissões Legislativas de Turismo e Desenvolvimento Econômico, realizado em fevereiro em Acapulco, México.

O pessoal da UTUR manteve conversações com o Diretor do Escritório da Secretaria-Geral da OEA no Uruguai, com vistas a obter sua assistência a fim de identificar oportunidades para a intervenção da Unidade no programa de desenvolvimento turístico da região.

Pesquisa para respaldar a formulação de políticas e programas

Realizou-se uma pesquisa sobre um projeto para conseguir a participação dos povos indígenas da Dominica, São Vicente e Granadinas e Belize no setor turístico. O relatório da pesquisa está sendo aplicado no desenho de um projeto de financiamento. O projeto será incorporado ao programa de trabalho da UTUR.

Realizou-se também uma pesquisa sobre um projeto para maximizar os benefícios e o rendimento econômico do turismo desportivo. O relatório da pesquisa constituiu o principal recurso de um simpósio que teve lugar em novembro em Grenada.

Iniciou-se igualmente a implementação de iniciativas aprovadas pelo Conselho Permanente em outubro de 2001, com vistas a prestar assistência aos setores turísticos dos Estados membros cujas economias tinham sofrido desaceleração grave nesse ano. Para tanto se realizaram atividades nas seguintes áreas: comercialização, planejamento e desenvolvimento de produtos; assistência técnica ao subsetor dos pequenos hotéis; estabelecimento de centros de recursos; e formulação de um plano de curto prazo para a reativação do turismo em Dominica.

Mecanismos institucionais

No período em consideração, a Unidade Intersetorial de Turismo participou de deliberações com várias instituições da área, inclusive a Organização de Turismo do Caribe, a Associação Hoteleira do Caribe, a *Caribbean Action for Sustainable Development*, o Centro Epidemiológico do Caribe (CAREC), a Universidade de George Washington, a Loyola University, o Banco de Desenvolvimento do Caribe, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimentos e a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – Projeto de Competitividade Econômica do Caribe (CIDA-CPEC). A Unidade também concluiu os preparativos essenciais para o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo. No entanto, o Congresso, originalmente marcado para setembro de 2002, foi adiado para meados de 2003.

Financiamento

Durante o ano, mantiveram-se conversações sobre o financiamento de componentes do programa de trabalho da UTUR com o Fundo Multilateral de Investimentos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a Corporação Financeira Internacional, do Banco Mundial, com o Banco Europeu de Investimentos, com o Banco de Desenvolvimento do Caribe, com o Banco da Nova Escócia e com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

UNIDADE PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

A Unidade para a Promoção da Democracia foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 90-3, de 15 de outubro de 1990, em conformidade com a resolução AG/RES. 1063 (XX-O/90) da Assembléia Geral, a fim de apoiar os Estados membros em seus esforços para preservar e fortalecer suas instituições políticas e procedimentos democráticos. A Unidade executa seu plano de trabalho no âmbito do Programa de Apoio para a Promoção da Democracia, aprovado pela resolução CP/RES. 572 (882/91), do Conselho Permanente.

Escritório da Coordenadora Executiva

No ano de 2002, o Escritório da Coordenadora Executiva desenvolveu as atividades de coordenação e direcionamento do trabalho da Unidade, tanto para garantir o cumprimento do previsto no plano de trabalho como para atender às diversas necessidades surgidas no decorrer do ano.

Suplementarmente, a Coordenação Executiva liderou o trabalho desenvolvido transversalmente pela Unidade em torno do Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos. O Fórum foi criado em Miami em dezembro de 2002, com apoio de mais de 100 representantes de várias organizações políticas hemisféricas e das organizações internacionais mais importantes ligadas ao trabalho com partidos políticos. Em 2003, o Fórum conseguiu consolidar-se como espaço de encontro e promoção de iniciativas para melhorar a qualidade dos sistemas partidários e dos partidos políticos da região.

Por meio do *workshop* de trabalho com as organizações internacionais, fundações e institutos partidários, realizado em agosto em Santiago, Chile, o Fórum conseguiu consolidar o trabalho conjunto com os principais instrumentos de representação partidária na esfera internacional. Iniciou-se o estudo sobre financiamento da política nos 34 países do Hemisfério, para o qual se reuniu um grupo de peritos do mais alto nível em um *workshop* na Costa Rica, em outubro, a fim de esboçar os parâmetros do estudo. Finalmente, em dezembro, em Vancouver, Canadá, levou-se a cabo a segunda reunião do Fórum, em que se encontraram vários dos mais importantes líderes políticos do Hemisfério para dialogar e trocar opiniões sobre os temas relacionados com o financiamento da política e dos processos de reforma política. A reunião de Vancouver serviu também para estabelecer o Conselho Consultivo do Fórum, que reúne os mais importantes atores dos processos de fortalecimento dos sistemas partidários do Hemisfério e dará uma contribuição para guiar os futuros propósitos do Fórum e lhes conferir sustentabilidade.

Programa estratégico para o fortalecimento democrático

Com o objetivo de facilitar o intercâmbio de experiências e a cooperação interparlamentar, o Programa de Apoio às Instituições Legislativas (PAFIL), no ano de 2002, apoiou a organização da primeira reunião do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA). Esta reunião teve lugar na sede do Congresso da República do México. Da mesma forma, em colaboração com o Parlamento Andino, o Programa contribuiu para a realização de um seminário sobre o papel dos partidos políticos e dos congressos na reforma política dos países andinos, o qual realizou-se no Congresso da República da Colômbia. Prestou igualmente assessoramento à Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL para acionar a Rede Interparlamentar de Informação Legislativa. Em conformidade com a Convenção Interamericana contra o Terrorismo e em apoio ao Fórum de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central (FOPREL), respaldou ainda uma iniciativa de cooperação interparlamentar centro-americana para o desenvolvimento de uma estratégia legislativa regional e a atualização das leis nacionais sobre a questão. Da mesma forma, apoiaram-se parlamentares do Congresso dos Estados Unidos e da Assembléia Nacional da

Venezuela para a organização do Fórum Interparlamentar de ambos os países, realizado em setembro de 2002 em Brewster, Massachusetts.

A fim de gerar e divulgar novos conhecimentos sobre o papel do Poder Legislativo na democracia, completou-se o estudo Congressos e Procuradores de Direitos Humanos na Proteção aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na América Central. Avançou-se igualmente num programa voltado para os parlamentares sobre estratégias de relacionamento com a imprensa. Por outro lado, iniciou-se um estudo sobre melhores práticas parlamentares nas relações entre o Poder Legislativo e a sociedade civil, bem como no campo da informática legislativa e dos sistemas de assessoria legislativa. Começou-se também a preparar o manual de Técnica Legislativa para Parlamentos do Hemisfério, bem como a efetuar o estudo Processo Orçamentário e Controle Político na Região Andina.

A fim de promover um melhor entendimento sobre o papel do Poder Legislativo na democracia, realizou-se, em colaboração com o Congresso Nacional brasileiro, o Quarto Curso Regional MERCOSUL, cujo tema foi O Poder Legislativo na Democracia e a Integração, de que participaram aproximadamente 50 jovens da região, oriundos de partidos políticos, congressos nacionais e provinciais, conselhos municipais e outras entidades.

No mesmo período, prestou-se assistência técnica para o desenho de programas de modernização legislativa da Assembléia (Poder Legislativo) da província de Córdoba, Argentina, bem como dos congressos da República Dominicana e da Bolívia.

Em 2002, por intermédio do Programa de Apoio aos Processos de Descentralização e Participação do Cidadão, a UPD continuou apoiando os esforços dos Estados membros para fortalecer o arcabouço normativo e institucional desta área. A partir da criação, em 2001, da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD), no âmbito da OEA, e atendendo aos compromissos das Cúpulas das Américas neste particular, o Programa concentrou seus esforços em apoiar as atividades desse novo instrumento de cooperação hemisférica. Na qualidade de secretaria técnica, a UPD colaborou com a Presidência e a Vice-Presidência da RIAD, exercidas respectivamente pela Bolívia e pelo México, no planejamento das atividades da Rede. Em particular, colaborou com o Governo do México para levar a cabo um *workshop* especializado e para organizar uma reunião de trabalho em Cancún, no México, onde os membros da RIAD apontaram áreas de ação prioritária.

No MERCOSUL, conforme solicitado pela Reunião Especializada de Municípios e Intendências do MERCOSUL (REMI), órgão especializado da sub-região, a UPD colaborou para a realização em Mar del Plata, Argentina, de um fórum sub-regional sobre descentralização e desenvolvimento local, e prestou assistência técnica para a sistematização de estudos sobre descentralização e autonomia local nesta sub-região. Na Região Andina, por solicitação do Governo do Peru, a UPD foi um dos co-patrocinadores internacionais de um seminário sobre descentralização e desenvolvimento regional que teve lugar em Lima, Peru, buscando contribuir para o processo de descentralização nesse país.

Na América Central, assinou-se um convênio de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para desenvolver o programa Apoio ao Fortalecimento dos Processos de Descentralização Política na América Central, iniciativa com que se procura contribuir no sentido de fortalecer a capacidade dos governos centrais para formular e implementar políticas em matéria de descentralização. Sua temática e metodologia foram apresentadas e analisadas numa oficina sub-regional de alto nível intitulada A Dimensão Política da Descentralização e realizada na República Dominicana, com o patrocínio e colaboração do Conselho Nacional de Reforma do Estado e do Banco Mundial.

Em sintonia com os mandatos específicos da Carta Democrática Interamericana sobre a Promoção da Cultura Democrática, o Programa de Promoção da Liderança e Cidadania Democrática continuou a oferecer o seu apoio para a realização de cursos regionais e nacionais sobre instituições, valores e práticas democráticas para jovens líderes do Hemisfério.

Assim, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Comissão Interamericana de Mulheres, realizou-se em maio de 2002 em Manágua, Nicarágua, o Primeiro Curso Centro-Americano para Mulheres Líderes Jovens sobre Governança Democrática, de que participaram 30 destacadas jovens da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, representando setores formadores de opinião, como partidos políticos, organizações não-governamentais, meios de comunicação e círculos acadêmicos. Da mesma forma, em colaboração com o Instituto de Ciência Política da Universidade da República do Uruguai e com patrocínio do Congresso da República do Uruguai, organizou-se em Montevidéu o Primeiro Curso Regional sobre Democracia e Gerência Política, com a participação de aproximadamente 40 jovens líderes da região, provenientes de partidos políticos, organismos eleitorais, congressos, municipalidades e meios de comunicação do MERCOSUL.

Com o apoio financeiro do BID, estabeleceu-se o Programa de Capacitação de Líderes Democráticos (CALIDEM), composto de cursos nacionais sobre instituições, valores e práticas democráticas, cuja finalidade é contribuir para a formação de uma liderança democrática em países do Hemisfério. Nesse contexto, realizaram-se dois cursos nacionais, um no Peru e outro no Paraguai; e lançou-se a convocação para se organizarem cursos nacionais no Equador e na Guiana, bem como um curso sub-regional destinado a Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Dominica e Saint Kitts e Nevis.

Finalmente, em colaboração com o *Center for Civic Education* dos Estados Unidos, a UPD iniciou o desenho de um programa de *workshop* para o treinamento de professores das escolas normais e funcionários do Ministério da Educação, destinado a promover o ensino de valores e práticas democráticas no sistema educacional.

Fortalecimento de sistemas e processos eleitorais

Em 2002, esta área atendeu a vários mandatos e orientações recebidos com relação ao campo eleitoral, mediante as modalidades de assessoramento e assistência técnica, e também por meio de trabalhos de pesquisa em torno do fortalecimento dos regimes eleitorais do Hemisfério.

No Equador, Guatemala, Honduras e Paraguai, em 2002, deu-se apoio aos esforços dos governos para fortalecer o sistema eleitoral desses países. Prestou-se cooperação no desenho de ações e estratégias concretas voltadas para promover o uso dos instrumentos e procedimentos mais adequados no campo da organização eleitoral.

De forma análoga, em países da Região Andina, América Central e Caribe, prosseguiram os programas de modernização e automação dos mecanismos eleitorais, usando tecnologias de ponta desenvolvidas pelos peritos da área. Importa mencionar a assinatura do Acordo de Cooperação com o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) do Equador, que permitiu oferecer assessoramento a este organismo no tocante ao desenvolvimento dos sistemas de apuração de votos e designação de autoridades, bem como à transmissão de resultados durante o processo eleitoral que culminou com a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, em novembro de 2002.

Nas regiões mencionadas, trabalhou-se igualmente no desenvolvimento e implementação de programas do campo do registro civil, cujo objetivo essencial é a reposição de atas, avaliação de estruturas administrativas, estudos de eventuais reformas do arcabouço jurídico, apoio tecnológico aos

procedimentos de inscrição, notificação e controle, treinamento de funcionários dos serviços de registros, campanhas de promoção sobre os usos dos dados estatísticos e redefinição de objetivos do sistema.

É oportuno frisar que, a partir da primeira experiência da área de cooperação horizontal entre organismos eleitorais do Hemisfério (Brasil - Paraguai), levadas a cabo em 2001, concretizou-se, em julho de 2002, a assinatura de um acordo-quadro de cooperação entre a Secretaria-Geral e o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, com o objetivo de regulamentar e implementar futuros planos pilotos de voto eletrônico nos países membros que o solicitassem. A meta principal desses planos pilotos é permitir aos países interessados testar o mecanismo do voto eletrônico, que tende a facilitar o trabalho dos integrantes da mesa e agilizar a transmissão dos resultados eleitorais. Em dezembro, a Secretaria-Geral recebeu uma solicitação da Justiça Eleitoral do Paraguai para efetuar novo plano piloto durante as eleições gerais a ter lugar no país em abril de 2003. Atualmente, a UPD está entabulando as gestões necessárias para iniciar o projeto em janeiro de 2003.

Da mesma forma, no contexto da cooperação horizontal, a área realizou, em dezembro, uma reunião preparatória à Conferência Interamericana de Autoridades Eleitorais, que se realizará no Panamá em março de 2003. Participaram da reunião preparatória os representantes dos organismos eleitorais do Brasil, Canadá, México e Panamá. Na reunião, assinou-se um Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral e o Tribunal Eleitoral do Panamá.

No campo da participação cidadã e da educação cívico-eleitoral, colaborou-se em 2002, na Guatemala, com o Tribunal Superior Eleitoral para realizar *workshops* e seminários, e desenhou-se uma campanha de divulgação pelos meios de comunicação, com a finalidade de contribuir para a consolidação de uma cultura democrática e participativa no país.

No primeiro trimestre de 2002, colaborou-se com o Conselho Nacional Eleitoral da Colômbia e a Universidade Sergio Arboleta na organização do Fórum de Cultura Democrática e Tolerância Eleitoral realizado em Bogotá.

Informação e diálogo sobre democracia

A UPD gerou e divulgou, com materiais eletrônicos e impressos, informações acerca de suas atividades e do tema geral do desenvolvimento democrático no Hemisfério, com o objetivo de ampliar a disponibilidade de dados críticos, pormenorizados e tempestivos sobre esses temas, e fazê-los atingir um público mais amplo. A UPD expandiu as informações disponíveis em seu portal na Internet, criando páginas completas e atualizadas para todas as observações eleitorais efetuadas pela Organização e muitos dos programas especiais da própria UPD.

Do mesmo modo, a UPD trabalhou na atualização das bases de dados referentes à democracia e continua colaborando com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown, em Washington, no desenvolvimento do Banco de Dados Políticos das Américas.

A área dedicou grande esforço à produção de material promocional para divulgar informações a respeito das atividades e programas da UPD. Como resultado, desenharam-se e distribuíram-se vários CD-ROMs e folhetos e se deu seqüência à publicação do boletim eletrônico *UPDate*, que foi divulgado em inglês e espanhol entre as Missões Permanentes e os Observadores Permanentes junto à OEA, a Secretaria-Geral da OEA e outras instituições e indivíduos interessados no desenvolvimento democrático da região.

A Unidade publicou relatórios sobre as observações eleitorais e relatórios especiais, bem como relatórios das atividades e seminários realizados pela UPD.

No ano de 2002, conferiu-se ênfase especial à promoção e divulgação do teor da Carta Democrática Interamericana, aprovada pelos Estados membros em setembro de 2001. Por exemplo, publicou-se a Carta nos quatro idiomas da OEA em formato passaporte, com uma introdução redigida pelo Secretário-Geral. Esta edição foi distribuída por intermédio dos Escritórios nos Estados membros, Missões Permanentes e Observadores Permanentes da Organização, e também por meio de vários eventos, missões e programas da UPD nos países membros. A UPD apoiou igualmente, em conjunto com a Chancelaria Uruguaia e o Escritório da OEA no Uruguai, a realização de um seminário sobre a Carta Democrática Interamericana em Montevideú, que teve lugar em 26 e 27 de novembro, e participou, em setembro de 2002, de um evento sobre o desenvolvimento da democracia no Hemisfério, patrocinado pelo Governo do Peru, pela Associação Civil Transparência e por outros organismos, com o qual se buscou comemorar o primeiro aniversário da aprovação da Carta. A fim de analisar a Carta e seu alcance, a UPD realizou ainda, na sede da Organização, um evento que contou com a participação do Senhor Alejandro Toledo, Presidente do Peru, além de eminentes analistas internacionais.

No âmbito do Fórum Democrático da Unidade, realizaram-se em 2002 vários eventos para aprofundar o diálogo e o debate sobre os temas relacionados com o desenvolvimento democrático do Hemisfério. De 20 a 22 de janeiro, houve em Barbados um seminário sobre Reforma Constitucional no Caribe. Em 16 de setembro, realizou-se em Washington, D.C, um fórum para comemorar o primeiro aniversário da Carta Democrática Interamericana e, finalmente, a UPD colaborou na organização da Sessão Especial do Conselho Permanente de 25 de novembro, sobre a Participação da Mulher nos Processos Políticos.

Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte de seu mandato para apoiar a reconciliação nacional e o fortalecimento da paz, o Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal (AICMA) continuou respaldando as ações contra minas no Hemisfério e apoiando o cumprimento da Convenção de Ottawa por parte dos Estados signatários. Em particular, o AICMA apoiou as atividades de remoção de minas na América Central, especificamente na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e também no Peru e Equador.

No que se refere a seu componente humanitário, o Programa apoiou diretamente os esforços dos Estados membros beneficiários para a remoção de mais de 19 mil minas. Em outubro de 2002, a Costa Rica encerrou suas operações de remoção e declarou-se livre de minas. Na Nicarágua, o país mais afetado da América Central, avançou-se ao longo do ano até 60% da meta de eliminar todas as minas antipessoal armadas em seu território. Em Honduras, as atividades do programa encontram-se na etapa final, e a conclusão dos programas neste país, na Guatemala e Nicarágua estão projetadas respectivamente para 2003, 2004 e 2005. Em agosto de 2002, iniciaram-se operações coordenadas em ambos os lados da fronteira entre o Peru e Equador.

A liderança exercida pela OEA em apoio à Convenção de Ottawa (Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição) refletiu-se também na assistência do programa AICMA à destruição de minas armazenadas em vários Estados membros. Em agosto de 2002, a Nicarágua somou-se ao Equador, Honduras e Peru como país livre de estoques de minas, ficando pendente apenas a última etapa da destruição das 136.000 minas que havia em seus arsenais. Nesse ano, o Governo da Colômbia solicitou a assistência técnica e financeira da OEA para cumprir suas obrigações decorrentes da Convenção de Ottawa. Começou-se a coordenar um acordo-quadro para o apoio do Programa à educação preventiva, assistência a vítimas e estabelecimento e manutenção de um banco de dados.

A fim de atender cabalmente às necessidades da população afetada, continuou-se a oferecer apoio ao Programas de Atenção a Vítimas de Minas e Artefatos Não-Detonadas, que prestou assistência a cerca de 400 vítimas na América Central, a maioria na Nicarágua. Em 2002, ampliou-se o alcance da ajuda às

vítimas de minas, por meio de um programa piloto de treinamento pós-reabilitação para o trabalho, em colaboração com o Instituto Nacional Tecnológico da Nicarágua. Prevê-se treinamento para 55 reabilitados no primeiro ano, com possibilidade de duplicar este número no segundo ano.

O programa da AICMA refinou a implementação do Sistema de Gestão de Informações para Atividades Relativas a Minas (IMSMA) na Nicarágua, com apoio do Centro Internacional para a Remoção Humanitária de Minas, em Genebra, enquanto o sistema era estabelecido no Equador e Peru. O IMSMA funciona como banco de dados primário para a hierarquização das atividades de remoção de minas, educação preventiva e esforços de assistência a vítimas, e será usado para desenvolver um estudo pormenorizado sobre o impacto socioeconômico nas regiões afetadas por minas.

Programas especiais

No âmbito desta área, insere-se a Observação Eleitoral (Missões de Observação Eleitoral – MOEs) da Organização, uma das tarefas mais visíveis e de mais forte impacto da UPD. Ao longo do ano 2002, por solicitação dos respectivos governos, a UPD organizou e levou a cabo missões de observação eleitoral na Bolívia, Colômbia, Equador, Nicarágua, Peru e República Dominicana. Essas missões contribuíram de modo significativo para a transparência dos respectivos processos eleitorais e para aumentar a confiança dos eleitores nesses processos.

Estabelecido no ano de 2000, o Programa Especial para a Promoção do Diálogo e Solução de Conflitos põe a serviço dos Estados membros e da Organização quadros conceituais, metodológicos, mecanismos e recursos humanos especializados nas áreas da promoção do diálogo, solução de conflitos e formação de consenso testados no campo e aperfeiçoados por meio de iniciativas empreendidas em vários países do Hemisfério. Dentre suas atividades, este Programa Especial apóia iniciativas do governo e da sociedade civil, destinados a promover o diálogo, formar consenso e solucionar pacificamente os conflitos sociais.

Entre as atividades desenvolvidas em 2002, cabe ressaltar o apoio técnico que a UPD prestou à Secretaria-Geral em seus esforços de negociação política e mediação para resolver o impasse político na Venezuela.

No segundo semestre de 2002, o Programa Especial apoiou o estabelecimento do Programa América Central (PCA) para a prevenção e solução de conflitos, o qual busca promover o diálogo sócio-político em assuntos de interesse comum para a região, além de fortalecer estratégias locais, nacionais e sub-regionais relacionadas com esse tema. Complementarmente, busca desenvolver uma infra-estrutura regional, a fim de facilitar processos e estabelecer mecanismos para a administração de conflitos junto a contrapartes nacionais, regionais e locais que trabalham na área da formação de consenso, diálogo e governança democrática na América Central.

No ano de 2002 também se apoiou a última fase da implementação do programa Cultura do Diálogo: Desenvolvimento de Recursos para a Construção da Paz na Guatemala, OEA/PROPAZ, cujas atividades se concentram na institucionalização do Programa e sua transição para constituir uma entidade totalmente guatemalteca, a Fundação ProPaz. Espera-se que, no primeiro trimestre de 2003, a Fundação ProPaz se estabeleça, com o propósito de continuar apoiando o processo de paz, diálogo político e desenvolvimento da democracia na Guatemala. Para tanto, busca-se conseguir a transferência das atribuições do programa OEA-PROPAZ, e de seus mandatos, recursos, metodologias e quadros conceituais para essa instituição nacional.

Finalmente, o Programa Especial coordenou com êxito o desenvolvimento de um curso intitulado Construção da Paz e Desenvolvimento em Áreas de Conflito, em conjunto com o Instituto de Verão Construção da Paz e Desenvolvimento, da American University. O objetivo desse curso foi proporcionar

conhecimentos e metodologias, bem como experiência de campo, a funcionários internacionais, funcionários governamentais e membros da sociedade civil que trabalhem no tema da solução de conflitos. O programa levou em conta as distintas perspectivas para a mediação, negociação, facilitação, reconciliação e diálogo, particularmente no contexto de regiões em desenvolvimento, que experimentam altos níveis de ocorrência de conflitos. Nestas sessões de treinamento, os participantes também exploram a relação entre a religião, a cultura e o gênero, de um lado, e do outro o trabalho de construção da paz e o desenvolvimento.

Os programas de Cooperação Técnica para a Consolidação da Paz e a Reinserção (inclusive o adendo Filhos do Rio) e de Autoconstrução de Moradias na Nicarágua prosseguiram em 2002, cumprindo a agenda de atividades programadas para o período. Desta forma, logrou-se dotar as populações beneficiadas de infra-estrutura e capacidade instalada, segundo o quadro operacional de cada caso.

A Agência Especializada Programa Nacional de Governança (PRONAGOB), na Bolívia, e a Modernização do Registro Civil (MORECIV), no Paraguai, levaram a cabo todos os processos de licitação de bens e de seleção de pessoal programados, bem como as tarefas de coordenação entre as instituições governamentais vinculadas aos respectivos programas. Esta atividade desenvolve-se no quadro do fortalecimento da transparência desse tipo de processos, iniciativa apoiada desde seu início pela OEA e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição responsável por seu financiamento. Cabe frisar que as atividades da Agência na Bolívia foram concluídas em agosto de 2002, com sua aprovação pelo Comitê de Governança, o qual dirigiu o programa desde 1996.

Em 18 de julho de 2001, a Secretaria-Geral da OEA e o Governo da Guatemala assinaram um acordo-quadro estabelecendo o Programa Especial da OEA para o Fortalecimento das Instituições Democráticas na Guatemala. Esse programa enfatiza quatro áreas: apoio técnico eleitoral, treinamento e apoio em solução de conflitos, promoção dos valores democráticos e gerência política, e remoção de minas. A UPD recebeu substanciais recursos financeiros para apoiar o recém-nomeado Tribunal Supremo Eleitoral na organização das eleições gerais, programadas para o segundo semestre de 2003, e continua apoiando os esforços desta instituição para desenhar e lançar campanhas de educação cívica e promoção do voto. As atividades de remoção de minas na Guatemala, já mencionadas em conexão com o Programa AICMA, foram concluídas no departamento de San Marcos, a segunda das zonas mais afetadas segundo o Plano Nacional de Remoção de Minas. No próximo ano começarão as atividades na área de Huehuetenango, e espera-se concluir as operações no país em 2004.

O Programa OEA/PROPAZ continuou apoiando significativos esforços de diálogo e concertação na Guatemala, sobretudo o desenvolvimento das “mesas intersetoriais”, ligadas aos compromissos dos Acordos de Paz, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No tocante ao Programa de Valores Democráticos e Gerência Política, a UPD busca apoiar a modernização dos partidos políticos e sistemas partidários na Guatemala por meio de treinamento, seminários e pesquisa aplicada. O projeto integra um esforço mais amplo da UPD, já mencionado, desenvolvido no âmbito hemisférico para apoiar a reforma e modernização dos partidos e sistemas partidários, no quadro do Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos.